



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

TIAGO SOARES DA SILVA

**EXPANSÃO DA MALHA URBANA EM ÁREA DA REGIÃO
SUL DA CIDADE DE LONDRINA: TRANSFORMAÇÕES
SOCIOESPACIAIS**

Londrina
2014

TIAGO SOARES DA SILVA

**EXPANSÃO DA MALHA URBANA EM ÁREA DA REGIÃO
SUL DA CIDADE DE LONDRINA: TRANSFORMAÇÕES
SOCIOESPACIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Geociências da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof^a. Dr^a Ideni Terezinha
Antonello

Londrina
2014

TIAGO SOARES DA SILVA

**EXPANSÃO DA MALHA URBANA EM ÁREA DA REGIÃO SUL
DA CIDADE DE LONDRINA: TRANSFORMAÇÕES
SOCIOESPACIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Geociências da Universidade Estadual de
Londrina, como requisito parcial à obtenção
do título de Bacharel em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fábio César Alves da Cunha
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Carlos Alberto Hirata
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 13 de Junho de 2014.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A Universidade Estadual de Londrina e todo seu corpo docente, direção e administração.

A minha esposa Viviane, pelo seu companheirismo e incentivo em todos os momentos de minha vida.

A minha orientadora Dr. Ideni Terezinha Antonello, por todo o suporte, pelas suas orientações e incentivos.

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

Por último e não menos importante, as pessoas entrevistadas que contribuíram com seus relatos para a realização dessa pesquisa.

SILVA, Tiago Soares da. **Expansão da Malha Urbana em área da Região Sul da cidade de Londrina: Transformações Socioespaciais**. 86 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as transformações ocorridas na Região Sul do município de Londrina, tendo como recorte espacial a área que compreende entre o empreendimento Shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo. Para atingir o escopo da pesquisa realiza-se uma discussão dos conceitos de campo e cidade, das transformações socioespaciais e segregação residencial em Londrina, mediante transformações ocorridas na Região Sul deste município. No desenvolvimento da investigação, utilizou-se de tratamento de imagens de satélite em vários períodos com o objetivo de identificar o avanço urbano para a área de estudo. Por fim, busca-se analisar, por meio de entrevistas realizadas com os antigos moradores, os aspectos socioespaciais ocorridos na vida das pessoas que viviam na Região e deixaram de exercer atividades agrícolas para cederem espaço ao ingresso de condomínios horizontais fechados.

Palavras-chave: Campo. Cidade. Transformações Socioespaciais. Segregação Residencial. Região Sul de Londrina.

SILVA, Tiago Soares da. **Expansion of the Urban Loop area in the Southern Region of Londrina: socio-spatial transformations.** 86 p. Completion of course work (undergraduate Geography) - State University of Londrina, Londrina, 2014.

ABSTRACT

This research aims to analyze the changes occurring in the southern region of Londrina, with the spatial area that includes the area between the enterprise Shopping Catuaí and the District Holy Spirit. To achieve the scope of the search performed by a discussion of the concepts of country and city, and residential segregation of socio-spatial transformations in Londrina, by changes occurring in the southern region of the county. The development of research, we used treatment of satellite images at various periods in order to identify urban breakthrough for the study area. Finally, it seeks to examine, through interviews with former residents, the socio-spatial aspects occurring in the lives of people living in the region and agricultural activities have ceased to cede space to the entry of closed condominiums.

Key-Words: Field. City. Socio-Spatial Transformations. Residential Segregation. Southern Region of Londrina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização de Londrina - PR.....	24
Figura 2 – Divisão de Londrina (Sede) em Regiões.....	24
Figura 3 – Divisão administrativa de Londrina.....	26
Figura 4 – Imagem de Londrina em 1975.....	30
Figura 5 – Imagem de Londrina em 2010.....	31
Figura 6 – Localização da área de estudo.....	39
Figura 7 – Localização da área de estudo identificando a malha urbana.....	40
Figura 8 – Área de estudo – ano 1990.....	41
Figura 9 – Identificação dos condomínios na área – ano 1990.....	42
Figura 10 – Área de estudo – ano 2000.....	43
Figura 11 – Identificação dos condomínios na área de estudo – ano 2000.....	44
Figura 12 – Imagem área de estudo – ano 2011.....	45
Figura 13 – Identificação dos condomínios na área de estudo – ano 2011.....	46

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de membros na família.....	55
Gráfico 2 – Média Escolaridade dos membros das famílias.....	55
Gráfico 3 – Contribuintes para a renda familiar.....	56
Gráfico 4 – Municípios de origem das famílias.....	57
Gráfico 5 – Ano de ingresso na área.....	58
Gráfico 6 – Ano de saída da área.....	58
Gráfico 7 – Tempo de Moradia (em anos).....	59
Gráfico 8 – Motivo do ingresso a área.....	60
Gráfico 9 – Motivo da saída da área.....	61
Gráfico 10 – Relação de trabalho com o proprietário.....	62
Gráfico 11 – Destino das famílias após a saída da área.....	64
Gráfico 12 – Tempo em meses de retorno as atividades econômicas.....	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução da População Londrinense - 1950 a 2010.....	25
Tabela 2 – Grau de urbanização do município de Londrina – 2000 e 2010.....	27
Tabela 3 – Distribuição da população no município de Londrina por distrito administrativo – 2010.....	28
Tabela 4 – Taxa anual de crescimento do município de Londrina – 2000/2010.....	28
Tabela 5 – População por regiões da área urbana da sede do município de Londrina – 2010.....	29
Tabela 6 – Condomínios residenciais na Região Sul de Londrina.....	47
Tabela 7 – Condomínios residenciais na área de estudo.....	48
Tabela 8 – Tamanho da propriedade, atividades desenvolvidas e renda familiar quando trabalhavam na área.....	63
Tabela 9 – Atividades desenvolvidas e renda familiar após saída da área.....	65

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPPUL	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina
PML	Prefeitura do Município de Londrina
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE CIDADE.....	12
2.1	O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO: RELAÇÃO CIDADE-CAMPO.....	16
3	TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE LONDRINA.....	21
3.1	O PROCESSO HISTÓRICO DE LONDRINA.....	22
3.2	AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA - A DISSEMINAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS E LOTEAMENTOS.....	32
4	SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL MEDIANTE AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA REGIÃO SUL.....	51
4.1	TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DOS ANTIGOS PRODUTORES RURAIS... ..	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6	REFERÊNCIAS.....	74
	APÊNDICES.....	79
	APÊNDICE A – Questionário da Pesquisa.....	79
	APÊNDICE B – Fotografias de Pórticos de Condomínios.....	82

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca analisar as características da malha urbana em parte da Região Sul do município de Londrina, assim como as transformações socioespaciais ocorridas na Região.

Tendo como objetivo central identificar as alterações na dinâmica socioespacial da área compreendida entre o empreendimento shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo a partir do processo de expansão urbana. Nesse contexto, buscou-se compreender o processo de expropriação do seu meio de sobrevivência – a terra, de alguns pequenos produtores rurais que residiam no recorte espacial da pesquisa mediante a expansão urbana. Para isso foi necessário identificar o uso da terra em áreas anteriormente rurais, reconhecer a inserção dos antigos produtores rurais no mercado de trabalho, examinar junto a população que residia no local como se deu o processo de transição para a vida urbana e compreender junto aos antigos moradores o interesse pelo retorno ao meio rural, bem como a atual condição socioeconômica das pessoas que sofreram a segregação com o avanço do urbano sobre o rural.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa, consistiram no levantamento bibliográfico para realização do referencial teórico para a fundamentação teórica metodológica da pesquisa, bem como a execução de trabalhos de campo para identificar o avanço dos condomínios fechados na área de estudo, além da realização de entrevistas com algumas famílias de antigos moradores da área, as quais ocorreram mediante aplicação de questionário como pode ser verificado no apêndice A. Também utilizou-se imagens de satélite coletadas junto ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a fim de identificar o avanço urbano na Região, fez-se necessário coletar e tratar imagens da área dos anos de 1990, 2000 e 2011.

Para atingir o objetivo da investigação, o presente trabalho está estruturado primeiramente em uma reflexão sobre o conceito de cidade e, inserido neste contexto, como ocorre o processo de valorização do espaço, abordando a relação cidade-campo. Para tanto foram utilizados conceitos de Lefebvre (1991), Sposito (2008), Corrêa (2004), Santos (2012), entre outros autores.

O segundo capítulo trará uma discussão sobre as transformações socioespaciais no município de Londrina, tendo como base o processo histórico do município, com foco na disseminação dos condomínios fechados e loteamentos da cidade

de Londrina e das transformações socioespaciais ocorridas no espaço delimitado desta pesquisa. Para seu embasamento foram referenciados entre outros autores Boni (2004), Silva (2007), Bragueto (2007), Zanatta (2010) e Souza (2011).

O capítulo seguinte busca identificar a segregação socioespacial mediante as transformações ocorridas na Região Sul. Nesse contexto, se insere a análise das transformações socioespaciais ocorridas na vida de dez famílias que antes exerciam atividades rurais e residiam na Região compreendida entre o empreendimento shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo, recorte espacial da pesquisa.

Nas considerações finais busca-se apresentar os pontos centrais do processo de transformação socioespacial e como que este interferiu na realidade dos indivíduos que residiam na área de estudo desta pesquisa, pretendendo com isso contribuir de alguma forma com a ciência geográfica.

2. REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE CIDADE

Iniciamos a discussão discorrendo sobre cidade, uma vez que é na mesma que se desenvolve a especificidade da urbanização, bem como ocorre a concentração de pessoas, evolução da vida social, econômica, cultural e política. Nesse contexto, Sposito (2008), expõe que a cidade está diretamente relacionada nas múltiplas determinações dentro do processo de urbanização, e defini-la não se torna tarefa fácil, pois é necessário considerar vários elementos que se relacionam em determinados processos históricos e em diferentes parcelas do território, ademais evidenciam-se também as intensidades e dinâmicas específicas desenvolvidas em cada caso.

De acordo com Beaujeu-Garnier (1997), a cidade surge como concentração de homens, necessidades, trabalho, informação, entre outros. Assim a mesma possui a capacidade de organização e transmissão de informações, sendo ao mesmo tempo sujeito e objeto, e enquanto objeto, a cidade se impõe como existência material, ou seja, lugar de concentração dos habitantes, de contato, possui centro e periferia, e enquanto sujeito exerce o papel de intervenção, sendo um quadro urbano que exprime influência sobre a sociedade.

Dessa forma, as cidades exercem influências e podem transformar seus habitantes aos poucos mediante suas exigências, como alimentação, matérias-primas e comércio, ou seja, “[...] pelo seu poder, favorece, difunde ou bloqueia os diversos impulsos vindos do exterior. Se o homem utiliza e molda a cidade, a recíproca é igualmente verdadeira.” (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 11).

Segundo Lefebvre (1991), a separação entre cidade e campo se dá por meio das divisões do trabalho, ocorrendo à divisão biológica em que se evidenciam as separações por sexos ou idades e também divisão técnica mediante a organização do trabalho conforme os instrumentos e habilidades. Ademais, na divisão social do trabalho corresponde a diferença entre o trabalho intelectual e trabalho material, conseqüentemente entre o natural e espiritual, por sua vez a cidade se caracteriza entre outras atividades principalmente pela prestação de serviços, atividades industriais e na manutenção do trabalho intelectual desenvolvendo as funções de organização, direção, atividades políticas, militares e ainda a criação do conhecimento teórico englobando filosofia e ciências.

Conforme Sposito (2008) uma cidade não se resume a um conjunto de construções adensadas, ou seja, a ocupação do território para diversas formas de uso mediante as relações entre os atores sociais, tampouco pelas atividades econômicas e culturais dos grupos que nela habitam. A cidade vai além desses elementos citados e para compreendê-la faz-se necessário a busca pela sua gênese, bem como, análise das diferentes manifestações que se multiplicam no interior do tecido urbano.

De acordo com Beaujeau-Garnier (1980 *apud* SPOSITO, 2008), é importante considerar a cidade como uma “concentração de homens”, onde suas necessidades em diferentes níveis e espécies são realizadas, ou seja, a mesma existe como local de desenvolvimento dos interesses da sociedade, pois nessa contém as condições para que os mesmos, juntamente com suas ações se realizem. Paralelamente a isso ocorre a contribuição para determinar o próprio movimento dos conjuntos de ações propostas pela sociedade.

De acordo com Sposito (2008), no âmbito das paisagens, torna-se difícil a compreensão do que é urbano e o que é rural apenas por sua observação paisagística, um estudo das dinâmicas e das práticas socioespaciais, contribui para avaliar e distinguir as especificidades do solo urbano e rural. As dinâmicas são definidas pelas infraestruturas e atividades exercidas em cada espaço, ou seja, da utilização dos mesmos, uma vez que “[...] só é possível ter uma avaliação do que pode ser urbano e do que pode ser rural com base no estudo das dinâmicas e das práticas socioespaciais.” (SPOSITO, 2008, p. 15). As dinâmicas consistem em localização das infraestruturas, das atividades desenvolvidas no espaço, sistema viário, comércio, residências, entre outros. Nesse processo é possível identificar que existem formas de apropriação do espaço com diversas atividades, diferentes usos e sujeitos sociais. Nesse viés Sposito (2008) afirma que fica nítido a diferenciação de cidade e campo e das manifestações do urbano e rural.

Conforme Corrêa (2004), a definição de cidade está fundamentada no espaço urbano, o qual ao ser analisado geograficamente estará relacionado de diversos modos e de acordo com diferentes correntes de pensamento geográfico. Em um primeiro momento, o espaço urbano constitui-se em diferentes usos da terra associados entre si, em que são definidas áreas de comercialização, aglomeração de pessoas, gestão, parcelas residências e indústrias, bem como lazer, entre outras.

Esse complexo de ações encaminhará para a organização espacial de uma cidade, ou simplesmente, do espaço urbano, que surge assim como espaço fragmentado e articulado. Nesse contexto, fragmentações mantêm relações com os demais parcelamentos espaciais, ainda com intensidades variáveis, devido ao fluxo de pessoas e veículos, bem como operações do dia a dia de natureza social, como fazer compras, circulação de mercadorias, lazer, entre outros. Corrêa (2004) ressalta que outras articulações manifestam-se mediante a circulação de decisões judiciais, mais-valia, salários, juros, moeda, sendo parte integrante do tecido social, tendo em sua raiz a própria sociedade.

De acordo com Lefebvre (1991) o tecido urbano pode ser considerado um ecossistema, como uma unidade coerente que se desenvolve as margens de uma ou várias cidades, é um suporte para um modo de vida, considerado local em que desenvolvem fenômenos de ordens distintas, ou seja, um modo de vida social e cultural. Dessa forma, “[...] trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores.” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

A ação dos agentes sociais, segundo Corrêa (2004) inclui atividades que constantemente reorganizam o espaço mediante a incorporação de áreas novas ao espaço urbano, ademais a cada modificação o espaço urbano se mantém fragmentado e articulado, e com isso produz as desigualdades socioespaciais mesmo com mudanças em suas formas espaciais e funções.

Conforme defende Wirth (1979 *apud* ENDLICH, 2006), a cidade está incorporada ao modo de vida das pessoas, influenciadas pelos organismos que a mesma pode oferecer, tais como as instituições, os transportes, comunicações entre outros inseridos no sistema, isso faz com que as pessoas sejam atraídas para uma determinada localidade em busca do que a cidade pode oferecer, como sistema de transportes, instrumentos de comunicação, instituições, objetos, entre outros.

Quando a cidade passa a ser o local de desenvolvimento de pequenas unidades produtivas industriais para atender uma demanda local ou até mesmo regional, ocorre uma ampliação da circulação e comercialização de mercadorias, impulsionando assim a oferta do sistema de transporte (FRESCA, 2000 *apud* BEIDACK, 2007). Conforme (SINGER, 1998 *apud* BEIDACK, 2007) as cidades impulsionam o surgimento

de uma nova classe de comerciantes e as mesmas ganham um papel importante na circulação e distribuição de mercadorias entre diversas regiões do seu entorno, atraindo cada vez mais o meio urbano sobre o campo. Na busca pela comodidade da vida urbana os grandes proprietários fundiários gastam suas riquezas em serviços urbanos, impulsionando e fortalecendo a circulação de dinheiro na cidade.

Nesse sentido, o meio rural sofre diretamente as influências do meio urbano na medida em que ocorrem os avanços sobre o mesmo, caracterizando assim, as marcas do urbanismo sobre o campo. Conforme aponta Ribeiro (2008, p.63), a cidade “[...] é resultado da interação social, do conhecimento de técnicas que permitem a manipulação de recursos naturais e da cultura em suas diversas manifestações”.

O solo urbano inserido numa economia financeirizada, envolve negócios urbanos de alcance gigantesco, em que se pode definir a própria urbanização como negócio, as leis são criadas para facilitar a expansão das áreas urbanas, porém quem está por trás desses negócios são as empresas de construção e incorporação, que com o aval das leis, expandem as áreas direcionadas para novos usos do solo e incentivos financeiros (DAMIANI, 2008).

Pode-se considerar que a cidade é fruto do processo de transformação do espaço pelo homem, pois a mesma é o resultado “[...] de um processo histórico e sua construção ocorre em tempos diferenciados e simultâneos” (ZANATTA, 2010, p.4). Uma vez que os diferentes tempos encontram-se materializados nas antigas e nas atuais construções que venham simbolizar a história local, prova disto são os avanços verticais dos grandes prédios, tanto comerciais como residenciais e o crescimento horizontal das construções subnormais.

Para Corrêa (2004), o espaço urbano inserido no sistema capitalista, encontra-se fragmento, articulado, condicionante social e lugar de lutas de classes, torna-se um produto social mediante ações ocorridas ao longo do tempo e delimitado por agentes que produzem e se apropriam do espaço, estas ações são complexas, pois surgem de uma dinâmica de acumulação de capital que gira em torno das classes sociais, uma vez que os conflitos de classes, as necessidades de reprodução das relações de produção estão inseridas neste contexto.

No processo de produção das cidades, Corrêa (2004) cita estratégias desempenhadas pelos agentes no contexto de fazer e refazer a cidade, em que

evidenciam os proprietários dos meios de produção, os donos das terras, os imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Nesse sentido, ressalta-se que a produção do espaço urbano é marcada pela lógica do capital que transforma o seu acesso em uma mercadoria, assim no próximo tópico volta-se a análise para a valorização do espaço que fomenta a fragmentação e a segregação socioespacial.

2.1 O PROCESSO DE VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO: RELAÇÃO CIDADE-CAMPO

Segundo Moraes, Costa (1987), para a reprodução das condições de existência das sociedades humanas, sua própria existência valoriza o espaço, pois cada modo de produção tem seu modo particular de valorização. Nesse contexto, a relação sociedade-espaço, deve ser entendida com uma relação valor-espaço, daí surge a apropriação dos recursos naturais, construções de formas humanizadas, conservação, entre outros, todo esse processo está inserido em criação de valor.

Na busca pelo entendimento da força que as cidades exercem para a manutenção da produção capitalista, Fernandes (2012) mostra que este processo é fundamental para compreender a complexidade da evolução da produção do espaço urbano na atualidade, exemplificando a evolução da cidade de São Paulo, em que a mesma cresce seguindo uma característica própria voltada para estratégias da construção civil e do setor imobiliário, em que o Estado investe em infraestruturas e assim garantem a valorização sobre essa parcela do solo, as empresas do setor imobiliário inseridas nesse processo, contribuem para a reprodução do capital e conseqüentemente para a valorização do solo urbano.

De acordo com Moraes, Costa (1987), a valorização capitalista está inserida na ampliação crescente de capital com apropriação da mais-valia, uma vez que submete a praticar o excedente apropriado transformando em lucro, é nessa junção que se concebe uma ação primordial para a evolução da produção capitalista, combinado com a concentração dos meios de produção e centralização de capitais.

Nesse contexto, Moraes, Costa (1987) mostram que a formação do capitalismo se baseia em dois processos principais, em que se verifica a concentração

dos meios de produção e a centralização de capitais, pois existe uma tendência ao crescimento do trabalho humano e uso de técnicas para o avanço no volume de produção.

Segundo Fernandes (2012), as cidades, inseridas no modo de produção capitalista, favorecem o desenvolvimento do comércio e mercado, uma vez que reúnem os elementos de acumulação primitiva do capital incorporando um meio fundamental para o crescimento das forças produtivas e utilizando as técnicas para diversificar a produtividade do trabalho, assim reúnem elementos favoráveis a proliferação da sociedade burguesa detentora dos meios de produção sobre o domínio das grandes indústrias e do capital.

Para Lojkine (1997 *apud* FERNANDES, 2012), a cidade possui elementos fundamentais para a concentração das atividades produtivas, uma vez que nessa se localiza a infraestrutura necessária para a produção e circulação de mercadorias, tornando assim imprescindível para o avanço do processo de acumulação de capital.

Conforme Pereira (1988 *apud* FERNANDES, 2012), a valorização do capital imobiliário dentro da cidade se forma por meio da combinação de dois processos, os quais estão relacionados ao trabalho que se incorpora em um terreno, mediante a construção, e pelo desenvolvimento em geral, o que resulta uma mudança na estruturação do espaço, assim este funciona como uma mercadoria de reserva de valor, ocasionando uma elevação dos preços no mercado imobiliário. Assim, o autor afirma que existem duas maneiras de valorização do espaço urbano, uma está relacionada à instrumentalização do espaço na cidade e a outra onde a terra funciona como reserva de valor, sendo uma condição funcional da sociedade.

Nesse contexto, Lefebvre (1991), defende que o urbano contém o sentido da produção industrial, assim como uma apropriação possui o sentido da técnica, numa relação de dominação sobre a natureza, ou seja, o urbano pode ser compreendido num campo de relações do tempo com o espaço.

Conforme Endlich (2006) o modo de produção capitalista se acentua no espaço urbano, embora não tenha sido criado por este, a cidade proporciona o desenvolvimento de suas relações e conseqüentemente a sua manutenção, bem como o desenvolvimento das cidades.

É a partir do desenvolvimento da cidade que se cria o laço da produção capitalista, ou seja, a urbanização está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, sendo a cidade o local em que a terra se torna subordinada ao mercado, ou melhor, o local onde a mesma se torna comercializável. (LEFEBVRE, 2001 *apud* FERNANDES, 2012)

Conforme Lefebvre (2004 *apud* BOSCARIOL, 2008), é na cidade que se desenvolve a estrutura social, bem como a ordem, uma vez que, a mesma faz parte do conjunto social e o local onde surgem as instituições, as ideologias que regulam esse processo, pois têm os serviços e os poderes de decisão centrados em uma municipalidade, neste plano que se projeta a estrutura social. No momento que é na cidade que concentra-se a elite dominante, na mesma se dissemina a ideologia dominante.

Todavia, em contraposição à cidade encontra-se o campo, uma das definições para o termo campo o designa como sendo campestre, agrícola e rústico (HOUAISS, 2007 *apud* PAULINO; ALMEIDA, 2010). Tal definição inicialmente definiria a Região¹ Sul do município de Londrina, que se constitui no recorte espacial dessa pesquisa, contudo na atualidade tal área dificilmente seria descrito como sendo campo, uma vez que a malha urbana avança rapidamente nessa Região, incorporando a terra agrícola ao uso do solo urbano o que leva a uma transformação socioeconômica da Região, conseqüentemente produz segregação socioespacial dos antigos produtores rurais que viviam dessa terra.

Tendo em vista que objeto de análise dessa pesquisa é em parte da Região Sul do município de Londrina, no que diz respeito as transformações sociais e econômicas ocorridas no recorte da pesquisa, é importante para o desenvolvimento da análise compreender a relação cidade-campo.

Na compreensão da relação cidade-campo, Santos (2012) esclarece que durante a transição do feudalismo para o capitalismo, em que as terras pertenciam aos senhores feudais, a cidade surge como meio de desenvolvimento do trabalho livre, uma vez que no burgo se concentra neste tipo de trabalho, como artesãos, alfaiates, pedreiros, juntamente com os comerciantes, e então a cidade se diferencia do campo principalmente pela possibilidade do trabalho livre.

¹ O termo Região foi empregado para delimitar a área de estudo, no entanto, nesse trabalho não abordaremos seu conceito, uma vez que Corrêa (2000) define Região: um conceito complexo.

Nesse contexto, Santos (2012) expõe que graças ao progresso das técnicas de produção agrícola, foi possível a formação das cidades, uma vez que propiciou a formação de excedentes alimentares, sendo assim algumas pessoas puderam exercer outras atividades e a cidade se reservava ao local de atividades não agrícolas, e quanto mais acontece o movimento de troca dentro da cidade, mais se produz, mais se movimenta e cada vez mais ocorre a expansão do seu espaço.

O capitalismo, sendo revolucionário na história do ser humano, faz aumentar a quantidade de pessoas que habitam as cidades, que por sua vez possui um caráter transformador, fez crescer o trabalho livre (MARX, 1970 *apud* SANTOS, 2012).

Segundo Lefebvre (1991), o urbano não é sinônimo de cidade, uma vez que a cidade pode ser vista como uma morfologia, baseada em arquitetura, já o urbano representa a morfologia social sendo um modo de vida, realidade que comporta relações construídas ou reconstruídas pelo pensamento, ademais são estreitas as relações entre cidade e urbano, pois o tecido urbano se constitui em uma base para o desenvolvimento da dinâmica social.

Para Lefebvre (1991) o urbano constitui-se em um processo contínuo de construção da sociedade urbana, sendo assim o conceito de urbano não possui uma concepção restrita que o distancia de “rural”, conseqüentemente urbanização faz referência a formação da sociedade urbana, deixando de lado que apenas as edificações resultem em urbanização, ou mesmo apropriação do campo.

Conforme aponta (LEFEBVRE, 1976, p. 68 *apud* SOBARZO, 2006, p. 57):

[...] toma forma esse novo conceito: o urbano. É preciso estabelecer uma distinção entre cidade e urbano. O urbano se distingue da cidade precisamente porque aparece e se manifesta no curso da dispersão da cidade, mas permite reconsiderar e compreender determinados aspectos dela, [...] O urbano é um conceito teórico [...] é uma forma, a do encontro da reunião de todos os elementos que constituem a vida social, dos frutos que a terra nos oferece (trivialmente: os produtos agrícolas) até os símbolos e as obras denominadas culturais. O urbano manifesta-se no seio mesmo do processo negativo da dispersão, da segregação, enquanto exigência do encontro, da reunião, da informação.

Conforme Carlos (2007) para analisar espacialmente a cidade, no que se refere ao seu processo de produção, não se pode deixar de levar em consideração a sociedade, uma vez que ao reunir as dinâmicas da vida urbana o espaço é reproduzido mediante a prática socioespacial. Segundo a autora:

[...] a sociedade produz / reproduz um espaço através da prática sócio-espacial. A materialização do processo é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, esta é a dimensão da produção / reprodução do espaço, passível de ser vista, percebida, sentida, vivida. O homem se apropria do mundo através da apropriação de um espaço-tempo determinado, que é aquele da sua reprodução na sociedade. (2007, p.21).

Nesse sentido, Carlos (2007) destaca que o processo de produção do espaço está diretamente relacionado com o crescimento da sociedade, ou seja, a reprodução continuada da vida urbana acontece na medida em que ininterruptamente a cidade evolui. O sentido da produção está pautado em um conjunto de relações, comportamentos e sistemas de valores que fixam e formalizam as relações entre os componentes da sociedade e nesse viés se produz um espaço conforme sua dimensão prática.

Na medida em que se generaliza o processo de troca dentro das cidades, ampliando o universo das mercadorias, Carlos (2007) explicita que a cidade pode ser entendida, enquanto um produto, como uma condição e meio fundamentais para a reprodução da sociedade.

Para analisar os condicionantes da evolução das cidades dentro de sua dimensão espacial, Carlos (2007) expõe três elementos indissociáveis em sua discussão, aos quais são o econômico, o político e o social. A contribuição do econômico está pautada na produção da cidade mediante as ações do capital, já o político “[...] a cidade é produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado” (CARLOS, 2007, p.21), e finalizando a contribuição do social, a cidade é produzida como prática socioespacial e fundamental para a vida humana.

De acordo com Sobarzo (2006), as relações de produção ampliam-se e conseqüentemente atraem a urbanização e a agricultura, num processo contraditório são introduzidos centros com decisões desconhecidas, enquanto que nas antigas cidades as segregações são diversas devido a separação dos elementos da sociedade.

No âmbito do uso da terra, Santos (1982) elucida que o mesmo tem que primeiro ser definido como um subsistema dentro do sistema espacial, conquanto o uso da terra é o saldo da apropriação integral do espaço rural, uma vez que o mesmo

apresenta formas específicas em lugares distintos. A transformação do espaço natural em produtivo resulta de diversas decisões e escolhas pré-determinadas.

Cada porção de espaço é apropriada, reutilizada ou deixada intacta. Em cada caso, o valor de cada subespaço se transforma com relação a outros subespaços dentro do espaço nacional. Cada um dos subespaços é submetido a uma série de impactos de natureza diversa, que o diferencia dos demais, [...] Se cada porção de espaço controla alguns aspectos de sua evolução, a evolução de suas estruturas dominantes – população, emprego, inversões, etc. – não são controladas localmente. (SANTOS, 1982 p. 32)

Desta maneira entende-se que o progresso nas técnicas de produção que possibilita um excedente, permitiu o abastecimento das cidades, isto resultou em um círculo, ou seja, o aumento na produção conseqüentemente gera um volume maior de troca, o que permite aos indivíduos atividades variadas e não apenas as de produção agrícola, resultando assim no aumento do espaço das cidades.

Para análise do processo de produção do espaço urbano é necessário observar a sociedade e suas relações, assim como, seu crescimento está relacionado ao crescimento da sociedade, que neste processo envolve alguns elementos que são capazes de transformar o meio em que a sociedade está envolvida, trazendo mudanças na vida e no espaço das pessoas, posteriormente faremos uma discussão das transformações socioespaciais em que os moradores estão sujeitos.

3. TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DE LONDRINA

Para compreender a expansão da urbanização e as transformações socioespaciais do município de Londrina, foi preciso entender o contexto histórico do norte paranaense ao qual a cidade está inserida, bem como sua gênese e as influências que Londrina exerce sobre os municípios da sua região metropolitana. Nesse processo, no tópico a seguir faremos um breve histórico da criação do município, a organização da sede e seus distritos e traçaremos um perfil que se aproxima da atual configuração do município, com base em informações do perfil do município de Londrina ano base 2011.

3.1 O PROCESSO HISTÓRICO DE LONDRINA

A formação do município de Londrina, conforme aponta Boni (2004), se inicia quando uma missão inglesa, apoiada pelo presidente do Brasil, entra no país para conhecer e explorar suas potencialidades econômicas. Assim, a Inglaterra com missão de expandir sua atuação comercial e ampliar a área de atuação, enviou representantes ingleses para o Brasil a fim de descobrir novas fronteiras agrícolas e neste sentido a missão juntou interesses do governo brasileiro e empresários ingleses na busca por novos capitais.

Nesse período de busca por novas oportunidades rentáveis, Boni (2004) coloca que o norte do Paraná ainda possuía uma enorme área a ser explorada, pois os povoados que ali existiam como Cambará, Jacarezinho, Jataizinho e Sertanópolis, não possuíam expressividade econômica e organização tanto administrativa como social.

A ocupação, colonização e exploração agrícola do norte do Paraná foi, num primeiro momento, um processo lento e gradual. A porta de entrada era Ourinhos, cidade paulista à margem do rio Paranapanema, que faz divisa com o Paraná. [...] desmatar áreas agricultáveis, preparar a terra e plantar eram etapas importantes, mas que não encerravam o ciclo da produção. Existia um sério problema: o transporte. (BONI, 2004, p.26)

Conforme aponta Boni (2004), a atividade agrícola que se iniciava exigia uma forma eficiente de escoamento da produção e com isso surgiu a necessidade de construção de uma estrada de ferro, porém seria um empreendimento que demandava muito tempo e altos investimentos, neste viés surge no ano de 1925 a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), situada na cidade de São Paulo (SP) a missão da companhia era colonizar o norte do Paraná devido a potencialidade de expansão da produção agrícola vinculada a fertilidade do solo da região.

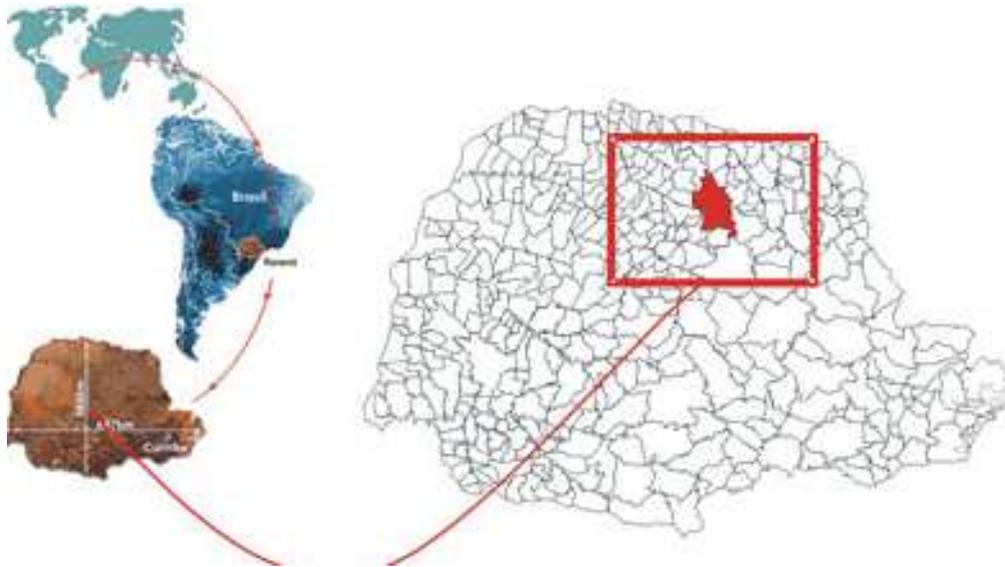
De acordo com Boni (2004), no início da colonização, entre os anos de 1925 a 1927, a CTNP adquiriu diretamente do governo do Paraná cerca de 515.000 alqueires paulistas de terras consideradas devolutas, sendo que cada alqueire paulista corresponde a 24.200 metros quadrados, com objetivos claramente imobiliários, a missão da companhia era desbravar para desenvolver a região criando uma estrada de ferro que ligasse os municípios de Cambará a Guaíra, ambas no estado do Paraná.

No ímpeto de colonização do norte do Paraná, Boni (2004) destaca que o plano de ocupação da CTNP previa a construção de quatro cidades pólos distante entre si em 100 quilômetros e seriam cortadas pela estrada de ferro, as mesmas teriam a missão de servirem de apoio a Companhia durante o processo de colonização, servindo como base para armazenagem, centralização dos negócios entre outros.

Nesse contexto, surge o município de Londrina em 1929 (Figura 01), onde a companhia inaugurou o primeiro escritório de venda de lotes, no início Londrina era apenas um povoado que se organizou para fornecer um mínimo de infraestrutura para abrigar os compradores de terras que vinham de diversas regiões do Brasil, porém até 1932 o povoado era conhecido como Patrimônio Três Bocas.

Após um começo difícil, Boni (2004) destaca o sucesso da venda de lotes na região e um crescimento gigantesco do povoado entre os anos de 1929 a 1931, ademais Londrina só veio a se tornar efetivamente um município em dez de dezembro de 1934, depois de separa-se de Jataí, atualmente chamado de Jataizinho, pois até então Londrina era um distrito e toda sua comarca situava neste município.

Figura 01. Localização de Londrina - PR



Fonte: http://concursos.arqs.com.br/teatrolondrina/b-fotos_gerais.html

Atualmente a sede do município de Londrina está dividido em Regiões, conforme mostra a Figura 02. Segundo dados do censo demográfico de 2010 (IBGE), Londrina possuía 506.701 habitantes, em uma área territorial com 1.653,075 km².

Figura 02. Divisão de Londrina (Sede) em Regiões



Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina, 2014.

De acordo com os dados dos censos demográficos elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que consta o período de 1950 a 2010, é possível identificar a evolução populacional do município de Londrina, observando que no ano de 1950, a maioria populacional se concentrava em áreas rurais, contudo esta configuração passa a ser alterada nas décadas subsequentes, uma vez que observa-se a diminuição acentuada do contingente populacional presente no espaço rural, com destaque para as últimas décadas, em que se acentuou bruscamente o número de habitantes nas áreas rurais mediante o êxodo ocorrido nos períodos supracitados.

Tabela 01. Evolução da População Londrinense - 1950 a 2010

Ano	Pop. Urbana	%	Pop. Rural	%	Total
1950	34.230	47,93	37.182	52,07	71.412
1960	77.382	57,40	57.439	42,60	134.821
1970	163.528	71,69	64.573	28,31	228.101
1980	266.940	88,48	34.771	11,52	301.711
1991	366.676	94,00	23.424	6,00	390.100
1996	396.121	96,19	15.679	3,81	411.800
2000	433.369	96,94	13.696	3,06	447.065
2010	493.520	97,40	13.181	2,60	506.701

Fonte: Censos Demográficos IBGE (2010)

De acordo com as informações da tabela 01, o município de Londrina deixa de ser predominantemente rural a partir de meados da década de 1950. Em 2010 apenas 2,6% da população londrinense vive no espaço rural. Tal fato demonstra a evolução urbana do município ao longo das décadas, levando a atual configuração que se encontra, ou seja, a maioria da população reside em área urbana, fazendo com que a demanda por infraestrutura e equipamentos urbanos aumente consideravelmente, em paralelo, ocorre o avanço urbano em áreas anteriormente agrícolas.

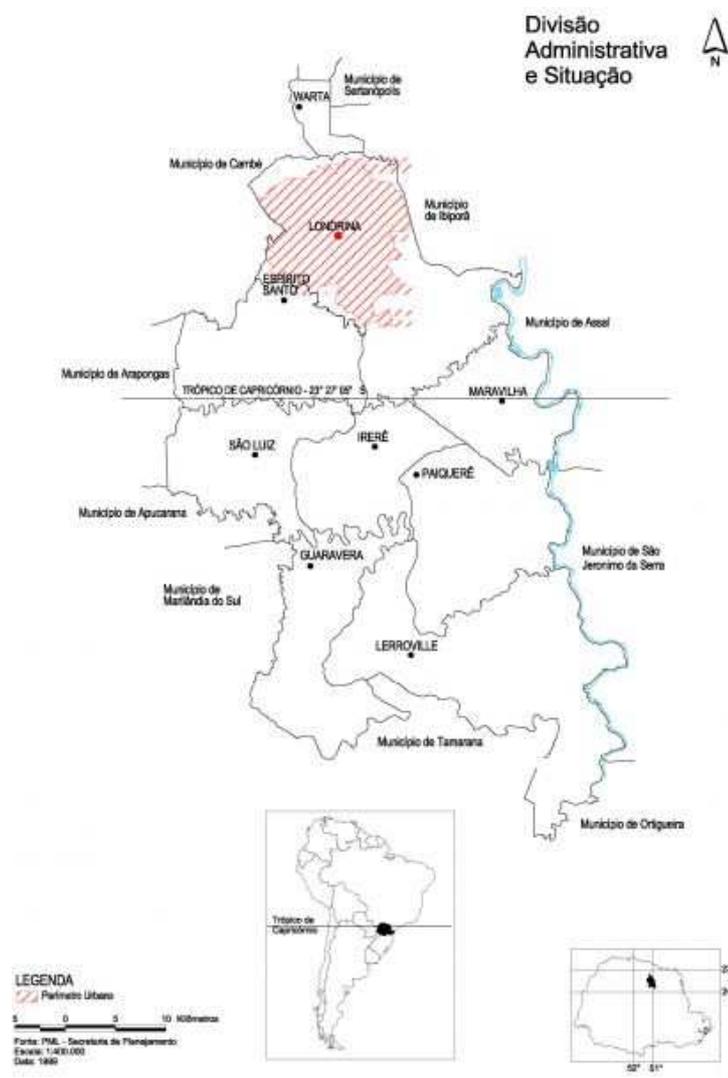
A respeito da forma como ocorreu o processo de urbanização londrinense, Vasconcelos e Yamaki afirmam:

Podemos observar que, ao longo da história da cidade, a malha urbana foi se ampliando no entorno das águas superficiais urbanas – fundos de vales – que, por sua vez, foram sendo consolidadas como pontos referenciais da cidade, e que contribuíram na atual configuração espacial urbana. (2003, p.68).

O processo de crescimento de Londrina ocorreu de forma constante, de modo que a cidade consolidou-se, gradativamente, como um importante ponto de referência no norte paranaense. Este fenômeno levou a cidade a tornar-se um pólo de grande influência e atração em âmbito regional, inclusive passando a ser conhecida como a capital do norte do Paraná. (LAKOSKI, 1992 *apud* VASCONCELOS e YAMAKI, 2003).

Atualmente a divisão administrativa do município de Londrina consiste em oito distritos e mais a sede, conforme ilustrado na Figura 03.

Figura 03. Divisão administrativa de Londrina



Fonte: Perfil do município de Londrina 2012 – (ano-base 2011)

Desde o ano de 1995, com a instauração do município de Tamarana, mediante lei Estadual nº 11.224, o mesmo deixou de fazer parte como distrito de

Londrina, a configuração atual do município possui os distritos de Warta, Espírito Santo, Maravilha, São Luiz, Guaravera, Irerê, Paiquerê, Lerroville e Sede administrativa.

De acordo com dados apresentados no perfil do município de Londrina (2012), no ano de 2010 o município contava com 493.520 pessoas vivendo em área urbana, em contra partida apenas 13.181 na área rural, o que possibilita identificar que atualmente a grande maioria dos habitantes se encontra na cidade. Como apresenta o perfil do município de Londrina (2012) o crescimento populacional urbano do município torna-se mais evidente após os anos 50, uma vez que em 1950 a cidade comportava 34.230 pessoas em área urbana, este número representava 47,93% do total, enquanto 37.182 habitantes viviam na área rural, ou seja, 52,07% das pessoas moravam no campo.

Assim como evidenciado na tabela 01, o perfil do município de Londrina (2012) também apresenta o crescimento percentual da população urbana londrinense contrastante com a diminuição do número de residentes na área rural, o qual pode ser percebido a partir de 1950 quando o número de moradores da área rural reduz consideravelmente, acontecimento que contribui para compreender o perfil populacional do município na atualidade, que apresenta a grande maioria das pessoas residindo na área urbana.

Tabela 02. Grau de urbanização do município de Londrina – 2000 e 2010

Ano	Grau de Urbanização (%)
2000	96,93
2010	97,40

Fonte: Perfil do município de Londrina 2012 – (ano-base 2011)

Conforme apresentado na tabela 02, até o ano de 2010, período final apresentado pelos dados existentes no Perfil do município de Londrina (2012), a redução da população residente em áreas rurais continuou diminuindo, pois o percentual do grau de urbanização passou de 96,93 em 2000 para 97,40.

Com base nos dados da tabela 03, observa-se a distribuição populacional no interior dos Distritos administrativos.

Tabela 03. Distribuição da população no município de Londrina por distrito administrativo – 2010

Distrito administrativo	População		
	Urbana	Rural	Total

Espírito Santo	*	*	*
Guaravera	2.299	1.636	3.935
Irerê	1.421	896	2.317
Lerrovilhe	1.673	2.102	3.775
Maravilha	485	501	986
Paiquerê	1.319	1.676	2.995
São Luiz	762	831	1.593
Warta	1.105	450	1.555
Sede	484.456	5.089	489.545

Fonte: Perfil do município de Londrina 2012 – (ano-base 2011)

* O IBGE não considerou a delimitação do distrito Espírito Santo, prevista na Lei 5.842/94, em virtude da existência de conflitos (sobreposição de áreas) entre esta Lei e a legislação que dispõe sobre a área urbana municipal. Assim a população do Distrito Espírito Santo está computada no Distrito Sede.

Atualmente nos distritos de Guaravera, Irerê, Warta e Sede, a população em sua maioria reside em área urbana, já nos distritos de Lerrovilhe, Maravilha, Paiquerê e São Luiz, a maior parte dos seus moradores vive em área rural. Embora em alguns distritos do município de Londrina a população que reside na área rural seja maioria, o crescimento da área urbana continua avançando e a área rural diminuindo, como apresentado a seguir na tabela 04.

Tabela 04. Taxa anual de crescimento do município de Londrina – 2000 e 2010

Período	Urbana (%)	Rural (%)	Total (%)
1991/2000	2,02	-3,85	1,78
2000/2010	1,31	-0,38	1,26

Fonte: Perfil do município de Londrina 2012 – (ano-base 2011)

Conforme a tabela 04, a taxa de crescimento urbano evidencia que a partir do ano de 1991 até o ano 2000, foi mais intensa que nos 10 anos posteriores, ou seja, entre 2000 a 2010. Em relação a área rural, em ambos os períodos citados, a taxa de crescimento sofreu redução, com ênfase ao período marcado de 1991 a 2000, em que ocorreu uma diminuição de 3,85%, uma vez que no período de 2000 a 2010, sua redução foi apenas de 0,38%. No total, o município de Londrina apresentou crescimento nos dois períodos citados na tabela, em destaque para a década de 1991 a 2000, em que seu crescimento foi mais elevado que no período posterior.

De acordo com a tabela 05, é possível identificar que a maioria dos habitantes residentes em área urbana no município de Londrina está concentrada na

Região Norte da cidade com mais de 126.000 pessoas, seguida respectivamente pelas Regiões Leste, Oeste, Centro e Sul.

Tabela 05. População por Regiões da área urbana da sede do município de Londrina – 2010

Regiões Sede	Número de habitantes
Centro	86.144
Leste	94.407
Norte	126.305
Oeste	88.578
Sul	84.308
Entorno das regiões	4.744

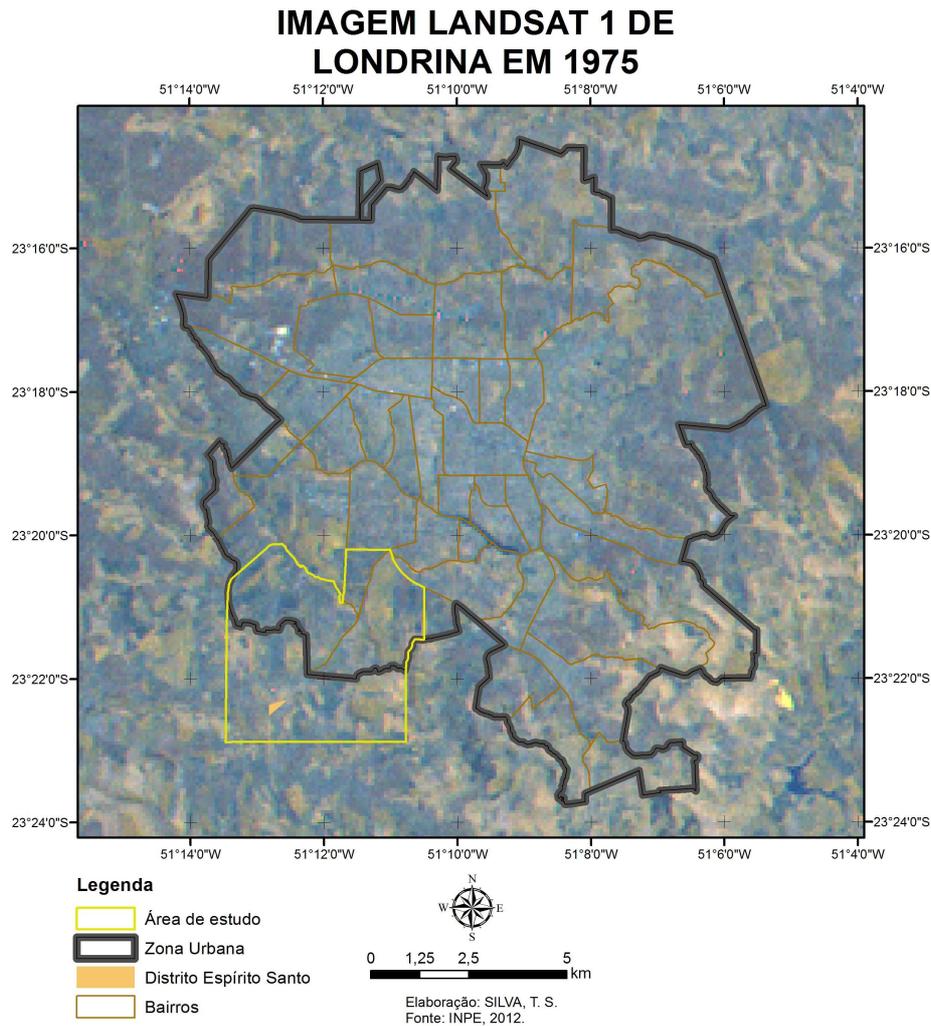
Fonte: Perfil do município de Londrina 2012 – (ano-base 2011)

Segundo dados do perfil do município de Londrina (2012), a elaboração do primeiro plano diretor em 1968 contribuiu para que a cidade desenvolvesse ações que incentivassem a construção de residências na década de 1980, e paralelamente o município apresentou uma preocupação com o capital comercial, uma vez que neste período Londrina se firmava como pólo regional de bens e serviços, fato que trouxe a cidade o título de terceira maior cidade do sul do Brasil já na década de 1990.

Com o desenvolvimento do primeiro Plano Diretor Municipal, Londrina apresentou uma estrutura voltada para áreas residenciais em praticamente todo o seu território, com destaque para a área central, em que devido ao desenvolvimento da construção civil, fez emergir os prédios de médio e alto padrão. Já na região Norte da cidade, em que nas décadas anteriores se identificava como área rural, passou a ser urbanizada após as políticas de desenvolvimento residencial implantadas no município, com isso revelou-se como a maior área residencial da cidade devido a concentração de conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), fato este que colaborou para o maior contingente populacional da Região na atualidade.

Para evidenciar o crescimento urbano de Londrina ao longo das últimas décadas, a Figura 04 se refere a uma imagem de satélite da sede do município no ano de 1975, salienta-se o destaque na referida figura da área de estudo desta pesquisa, pois o objetivo é analisar como a expansão urbana levou as transformações sociais e espaciais nesse recorte espacial da presente investigação.

Figura 04. Imagem de Londrina em 1975

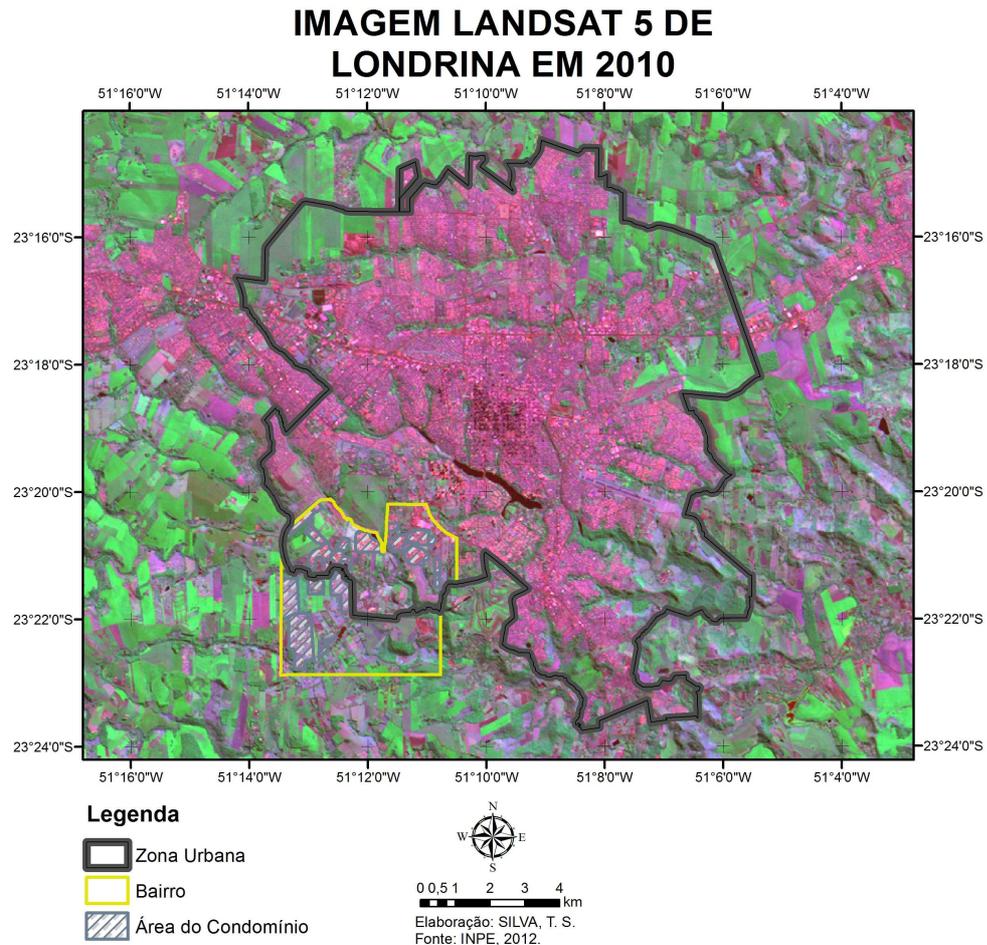


Fonte: INPE (2012)

De acordo com a Figura 04, no período correspondente a década de 1970-75, o perímetro urbano mostrava-se pouco significativo se comparado aos dias atuais. A área delimitada em amarelo se refere ao recorte espacial da pesquisa e assim como no município em geral, a área especificada como urbana constituía-se em um espaço ainda limitado, como pode ser visualizado na imagem.

A Figura 05 representa a mesma área do município no ano de 2010, nesta é possível observar o avanço urbano da cidade.

Figura 05. Imagem de Londrina em 2010



Fonte: INPE (2012)

Com base na Figura 05 percebe-se que a configuração do perímetro urbano sofreu grandes transformações, em especial ao avanço urbano com áreas residenciais, uma vez que os bairros da Região sede estão praticamente tomados pela urbanização, conseqüentemente a Região de estudo especificada em amarelo também apresenta traços marcantes do avanço urbano, contrastando com a Figura 04, que representa a mesma delimitação no ano de 1975, em que praticamente não existia urbanização na área de estudo.

Os condomínios horizontais fechados destinados à pessoas com alto poder aquisitivo e distantes do centro das cidades, ganhou forças no Brasil somente ao final da década de 1970 (SILVA, 2007). Nesse sentido, e acompanhando estas transformações, surgiram no final da década de 1990 os primeiros loteamentos de condomínios horizontais fechados na Região abordada pela pesquisa, especificamente entre o shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo, amparados pela Lei 7.483/98 que dispõe sobre o parcelamento

do solo para fins urbanos, e Lei 7484/98 esta que define o perímetro da zona urbana e da zona de expansão urbana do distrito sede do município de Londrina. Posteriormente abordaremos a questão da criação dos condomínios fechados e de loteamentos como um dos fatores que fomentaram a expansão da malha urbana tendo como foco a Região citada.

3.2 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO RECORTE ESPACIAL DA PESQUISA - A DISSEMINAÇÃO DOS CONDOMÍNIOS FECHADOS E LOTEAMENTOS

O surgimento de empreendimentos imobiliários de alto padrão da forma como se observou na Região Sul não é particularidade apenas de Londrina, sendo também uma realidade em outros municípios de grande porte no Paraná (BEIDACK & CARVALHO, 2010). Em Londrina a ocorrência de tal situação contribuiu, de certa forma, para acentuar algumas diferenças no âmbito do processo de desenvolvimento da cidade (BRAGUETO, 2007).

O fenômeno de crescimento da população e sua concentração no espaço urbano, ampliou a demanda por novas moradias, assim o município de Londrina mediante a Lei dos perímetros urbanos e expansão urbana nº 7.484/98 delimitou novas áreas para o crescimento urbano e conseqüentemente a possibilidade de criação de condomínios fechados horizontais, mediante a Lei de parcelamento do solo nº 7483/98.

De acordo com Zanatta (2010), os condomínios horizontais fechados começam a ganhar força em Londrina após a aprovação do condomínio Royal Golf Residence, empreendido pelo grupo Teixeira & Holzmann no ano de 1995, em que o mesmo deu início a ocupação da área denominada Gleba Palhano e que mais tarde veio a ser ocupada por inúmeros outros condomínios de mesmo porte:

Por fim temos as tendências mais recentes da expansão urbana de Londrina, com a construção do Shopping Center Catuaí sendo um marco para o início da exploração da Zona Sudoeste da área urbana, gerando um processo de descentralização urbana em direção a esse setor, principalmente de grandes condomínios exclusivos, chácaras de lazer, instituições de ensino e, mais recentemente, grandes condomínios verticais na área valorizada da Gleba Palhano. (2010, p. 45)

Segundo Melgaço (2012), a forma urbana que mais tem movimentado o tecido urbano atualmente, são os chamados condomínios fechados, pois os anseios da sociedade que aspiram por esse tipo de moradia, não se limitam apenas a casa para morar, mas também a segurança que reserva a seu redor, do desejo de exclusividade que este tipo de empreendimento fornece a seus habitantes, os distinguindo de outras classes sociais, por possuírem maior poder aquisitivo que as demais, e também a possibilidade de habitar em imóveis amplos e que fornecem algum tipo de contato com a natureza, bem como condições de esporte e lazer.

A forma mais comum que possa simbolizar os condomínios de alto padrão são os grandes muros construídos com o intuito de separar a parte de dentro e de fora das moradias. Outro fator relevante são as identificações nas portarias, as câmeras de segurança e as autorizações que são expelidas aos funcionários e moradores, com o objetivo de limitar o acesso interno ao condomínio.

Conforme apresenta Silva (2006), alguns condomínios fechados configuram-se como mini-cidades planejadas que buscam a integração entre os setores residenciais e comerciais, pois proporcionam em seu interior escolas, conveniências, áreas de lazer, bancos, preservação de áreas verdes, seguranças, entre outros. Nota-se então um “choque” ético em relação a construção da cidade, pois a mesma deixou de oferecer segurança as pessoas e a seus patrimônios, paralelamente os loteamentos fechados oferecem segurança, qualidade de vida e ambiental, ademais as pessoas passam a viverem cercados por muros altos, sendo assim, reféns de seu próprio patrimônio.

Conforme Silva, Barros (2006), na medida em que avançam os condomínios rurais horizontais fechados, recantos e loteamentos rurais, faz-se expandir uma valorização para o meio rural, ocasionando uma nova dinâmica espacial e social na Região instalada, uma vez que para usufruir destes empreendimentos é necessário possuir um bom poder aquisitivo.

De acordo com Souza (2011), a fragmentação do tecido urbano faz emergir os espaços segregados, e conseqüentemente a autosegregação por parte da elite e classe média, e devido a sensação de insegurança, os mesmos buscam refúgios fortificados nas grandes cidades que são os condomínios exclusivos, paralelamente surgem as favelas² que são ocupadas por uma parcela pobre da população. Na cidade do

² A definição do termo favela foi utilizado neste contexto como um conjunto de ocupação de forma densa e desordenada no espaço que carecem de serviços públicos e presença estatal. (ZANATTA, 2010)

Rio de Janeiro, espaços segregados, que são as ocupações irregulares, faz emergir as favelas e seu interior passa a ser objeto de territorialização de traficantes de drogas.

Segundo Corrêa (2004), a autosegregação por parte das classes dominantes que possuem condições de escolherem as melhores áreas e excluindo-as do restante da população, acabam segregando os outros grupos sociais, uma vez que controlam o mercado de terras e conseqüentemente as orientam, “[...] direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano.” (Corrêa, 2004). Nesse viés, surge a segregação imposta, mediante a segregação dos grupos sociais excluídos uma vez que estes praticamente não possuem opções de escolha de como e onde morar.

Conforme Silva (2007), os condomínios fechados consistem em uma forma de segregação e autosegregação, a autora explica que esse fato é característica de grupos sociais que detém um certo controle sobre a sociedade, em que o alto poder aquisitivo determina a criação de um ambiente que atenda as suas necessidades, se distanciando do restante da população, esta, por sua vez, não possuem elevado poder de compra e portanto se direcionam para áreas mais pobres, onde o preço é menor e sendo assim, algumas áreas, não provém de infraestruturas necessárias ou muitas vezes moradias irregulares, com ausência de serviços públicos básicos, como acesso a água encanada, rede de esgoto, energia elétrica, asfaltos, etc.

Em Londrina, a exemplo de áreas segregadas por parte da população de menor poder aquisitivo, surge um conjunto habitacional denominado Vista Bela no ano de 2010, situado na zona norte do município, nesse sentido, o conjunto foi instalado sem as infraestruturas necessárias para as pessoas, como creches, escolas, postos de saúde e mercados próximos, essa falta de infraestruturas, pode ser verificada em noticiários de televisão e jornais, conforme noticiado no jornal o diário em dezembro de 2012.

11/12/2012 às 10:40 - Atualizado em 11/12/2012 às 10:57

Moradores do Vista Bela, na zona norte de Londrina, terão colégio apenas em 2014 e no bairro vizinho

Pauline Almeida

Fonte: O diário.com, 11/12/2012.

Disponível em: <<http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/710669/moradores-terao-colegio- apenas-em-2014-e-no-bairro-vizinho>>. Acesso em 12/04/2014.

No embate do avanço urbano de Londrina, Beidack (2009) procura identificar os agentes propulsores deste processo na zona norte da cidade, contudo, cita as ocupações irregulares surgidas mediante os grupos sociais excluídos, inseridas no processo de urbanização do município, uma vez que os mesmos acompanham a produção do espaço urbano nesta direção.

Conforme Fresca (2002) nos anos 1990, ocorreu uma diminuição na oferta de conjuntos habitacionais oferecidas pelo poder público, com isso houve um avanço no número de assentamentos urbanos. Estas ocupações avançaram de maneira dispersa, ocupando os vazios urbanos de propriedade do poder público do município.

Recentemente, foram registradas mudanças consideráveis na expansão físico-territorial londrinense, com ocorrência de áreas preferenciais à expansão, havendo ainda agentes sociais específicos a comandar este processo, desempenhando práticas e ações. Tais mudanças foram mais amplamente sentidas nas últimas décadas, particularmente entre os anos 1987 e 1990, havendo ainda alterações profundas na produção, circulação e distribuição de consumo no município (FRESCA, 2002).

Nesse processo destaca-se em 1990 a inauguração do shopping Catuaí, nas imediações da Gleba Palhano, na parte sudoeste de Londrina, fato que serviu para contribuir para a incorporação do espaço até então utilizados para atividades agrícolas e que se encontrava periférico à malha urbana. Tal fato levou as propriedades rurais presentes nas imediações se tornarem reservas de ocupação do solo para a classe de alto poder aquisitivo, fato que se consolidaria por meio da implantação de condomínios

exclusivos, bem como chácaras de lazer, segunda residência, entre outros. Tal monopólio é justamente uma das principais características que marcam a expansão territorial no Brasil (PAULINO, 2006). Contudo, a partir da implementação do empreendimento do shopping Catuaí, passariam cerca de dez anos até que a área nas imediações do mesmo passasse a ser efetivamente ocupada (FRESCA, 2002).

O processo de supervalorização do espaço mediante o aumento do preço da terra, ocorrido após o licenciamento para a construção de condomínios fechados, se transformou numa atração para condomínios de alto padrão se instalarem na área, uma vez que a mesma passou a ser a principal localidade de procura deste tipo de moradia em Londrina. Concomitantemente, ocorre o avanço do urbano sobre áreas agricultáveis, transformando a Região, e conseqüentemente desalojou alguns produtores que viviam da atividade rural, os quais de certa forma foram obrigados a modificar seu modo de sobrevivência, em detrimento desse avanço urbano, ou seja, os moradores da área sofreram uma segregação socioespacial em virtude da supremacia do capital imobiliário que passou agir sobre este espaço.

A inserção de espaços urbanos em locais antes rurais não constitui uma especificidade do município de Londrina, nem mesmo do Brasil. Este acontecimento altera bruscamente a realidade de determinada população, não apenas em seu âmbito espacial, mas ocorrem também mudanças de valores e costumes, como afirma Lefebvre (1991, p.68-69):

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados.

Tendo com base as análises de Lefebvre (1991) percebe-se que, no Brasil ocorre uma introdução da vida urbana sobre a camponesa, que elimina elementos tradicionais, como artesanatos e pequenos comércios, com isso tem-se a perda de suas especificidades e conseqüentemente do seu meio de sobrevivência vinculado a atividade agrícola e artesanal, ao mesmo tempo, elimina o modo de vida específico da vida no rural, como as relações de solidariedade entre os vizinhos.

Dessa forma, observa-se que o processo de urbanização, atinge diretamente a produção agrícola próxima a malha urbana, uma vez que a valorização do espaço, segundo Moraes; Costa (1987) está intrínseca a existência da sociedade, ou seja, sua própria existência faz valorizar o mesmo e o modo de produção, no caso o capitalismo, dará a particularidade de valorização. Em relação a valor e espaço, os autores afirmam que:

[...] qualquer processo social deve ser explicado no âmbito da discussão valor e trabalho [...]. Assim, a relação sociedade-espaço é, desde logo, uma relação valor-espaço, pois substantivada pelo trabalho humano. Por isso, a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses construtos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor. (1987, p.122-123)

Segundo os autores, o espaço constitui-se um valor de uso, pois este é uma condição do trabalho, sendo que a produção terá como base formas sociais ou naturais que já existiam anteriormente, isso permite que o espaço seja uma condição para a produção. Segundo Lefebvre (2004), uma das maneiras de se atingir a homogeneização do espaço é por meio da fragmentação do mesmo em parcelas alienáveis de propriedade privada, que podem ser compradas e comercializadas à vontade no mercado. Nesse contexto, o mercado cada vez mais global, passa a gerir o uso da terra, algo que nem sempre se dá de maneira pacífica.

Nesse contexto de expansão urbana se insere a realidade da Região em estudo que se constitui no recorte espacial entre o shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo, tendo com recorte temporal o período de 1990 a 2012. Essa Região está localizada ao sudoeste do município de Londrina, onde podem ser observadas amplas modificações no espaço, a principal alteração verifica-se na eliminação das atividades agrícolas para se transformar em espaço urbano.

A área de estudo abrange os Bairros da Palhano, Vivendas do Arvoredo e Esperança, locais nos quais os condomínios fechados de maior padrão se instalaram. (Figuras 06 e 07). Salieta-se que a delimitação da Região de estudo vincula-se a grande concentração de condomínios horizontais fechados nos últimos anos, tal fato demonstra o poder do capital imobiliário na expansão do espaço urbano em Londrina. Esse fenômeno

torna-se o foco desta pesquisa, tendo em vista o processo de segregação socioespacial sofrido pelos produtores rurais que desenvolviam suas atividades nessa área.

É possível observar o crescimento e o adensamento de residências dentro dessa área de estudo ao longo de 21 anos mediante as imagens coletadas do site do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), geradas pelo satélite Landsat 5, das datas de 25/10/1990, 07/12/2000 e 26/06/2011.

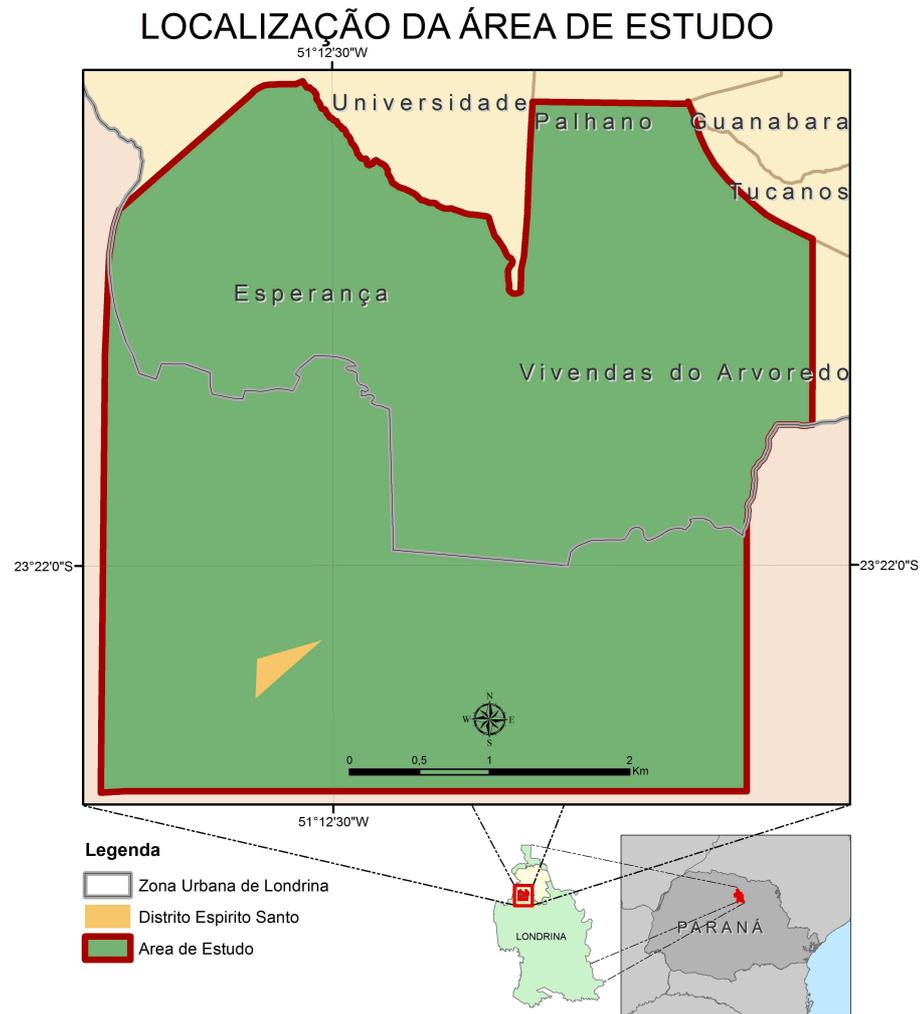
Foi feito um novo georreferenciamento da imagem, pois as imagens obtidas estão em WGS 84, e o padrão do georreferenciamento utilizado foi o South America Datum (SAD 69') e utilizadas as bandas 4, 5 e 6 para compor uma imagem colorida.

As imagens foram contrastadas, e se criou uma nova imagem com o recorte da área de estudo. Assim, se delimitou manualmente as áreas do condomínio, considerando as características dos pixels para as três datas utilizadas.

Devido à baixa resolução das imagens Landsat 5, 30x30m, não foi possível especificar precisamente as variedades de uso do solo da região sem obter uma confusão indesejável, desta forma, buscou-se utilizar uma menor variedade de cores no mapa, pois o objetivo é delimitar o solo urbano, a vegetação e a área rural, e não o tipo e porte da cultura, pois isto poderia gerar uma maior confusão.

Após o mapeamento, se produziu o layout dos mapas. Todos os processos foram realizados no software ArcGIS 10.

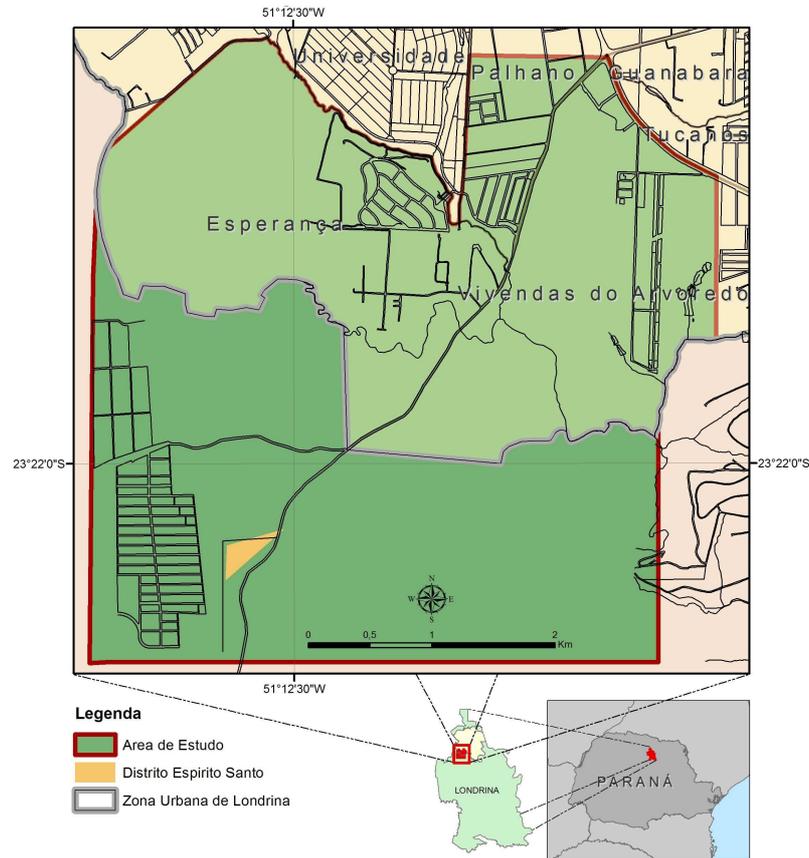
Figura 06. Localização da área de estudo



Fonte: INPE (2012)

A figura 7, identifica a área de estudo e evidencia a malha urbana da região no ano de 2012, a parte identificada em verde claro mostra a zona urbana e a área identificada em verde escuro sendo zona rural.

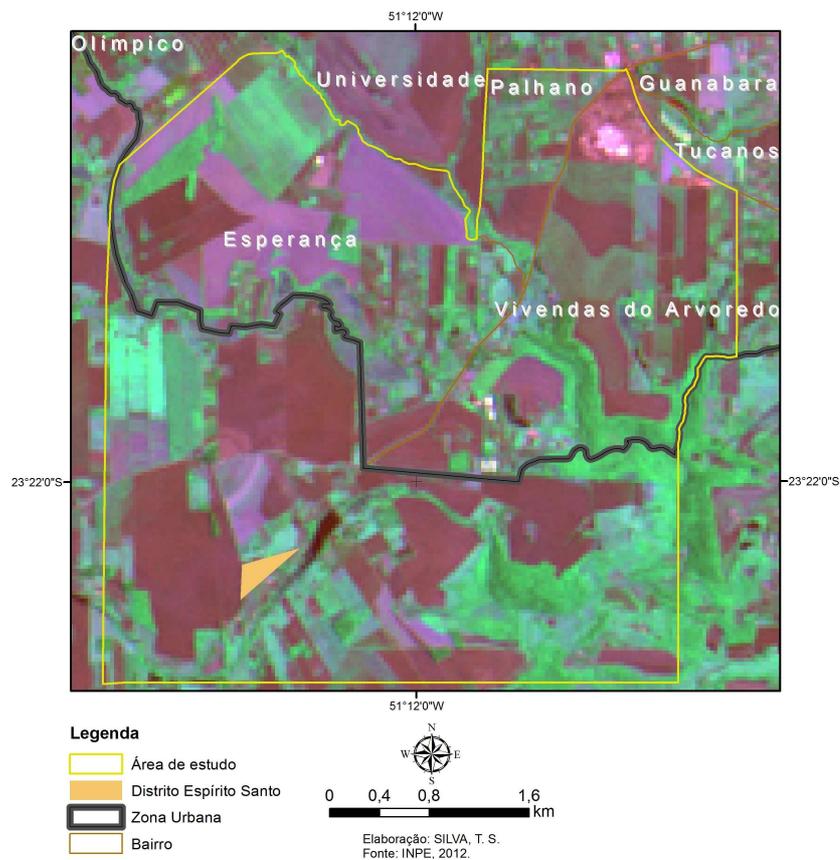
Figura 07. Localização da área de estudo identificando a malha urbana



Fonte: INPE (2012)

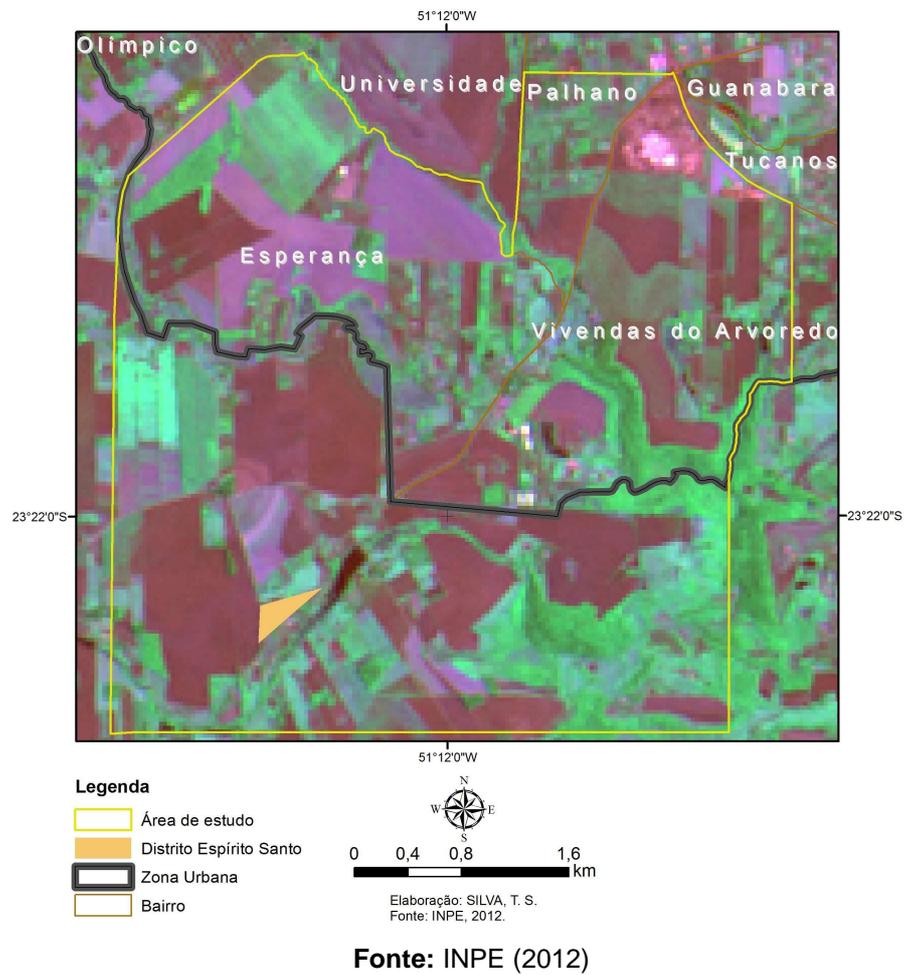
Segundo Cunha (1991), a primeira ocupação da zona sul de Londrina, se iniciou com o parque Guanabara em 1947, porém até a década de 1960, existiam apenas 4 loteamentos na zona sul de Londrina, foi a partir da década de 1970 que ocorreu a expansão dos loteamentos na cidade.

Com intuito de verificar o avanço urbano, a partir da criação dos condomínios horizontais fechados na Região de estudo, a figura 8, confeccionada a partir de imagem de satélite, mostra a área no ano de 1990, posteriormente, analisaremos o mesmo recorte nos anos de 2000 (figura 10) e 2011 (figura 12).

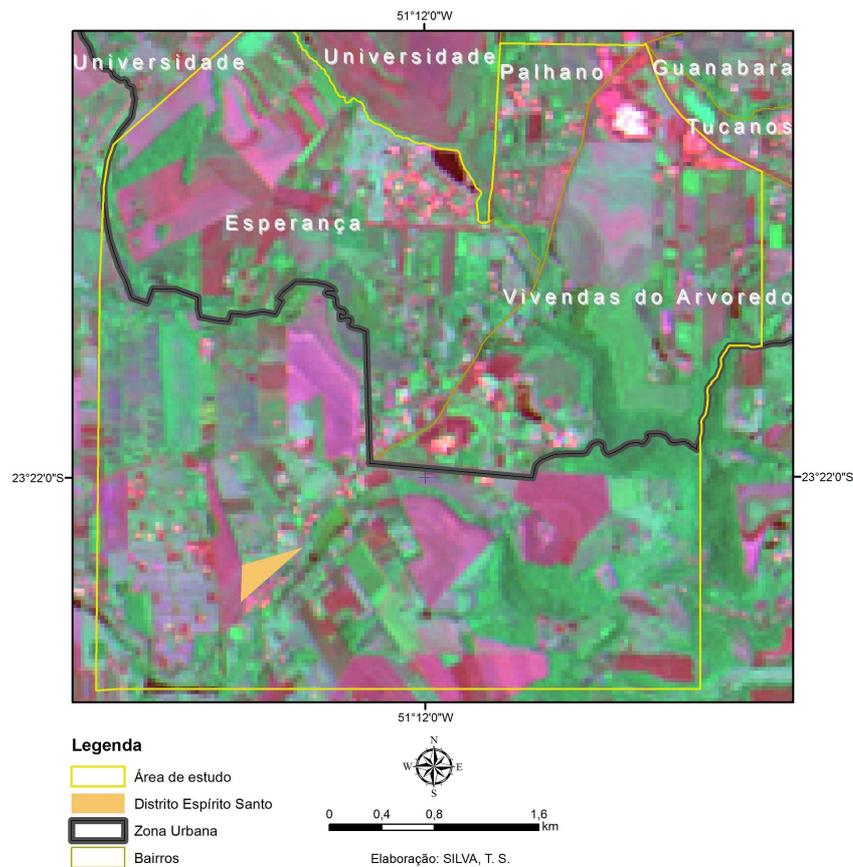
Figura 08. Área de estudo – ano 1990**Fonte:** INPE (2012)

A imagem de satélite (Figura 08) evidencia a área no ano de 1990, e destaca os bairros no período, que constitui o foco do estudo e visa as mudanças que ocorreram na vida das pessoas que migraram da Região para ceder espaço ao avanço urbano, especificamente para os condomínios de alto padrão.

Figura 09. Identificação dos condomínios na área de estudo – ano 1990



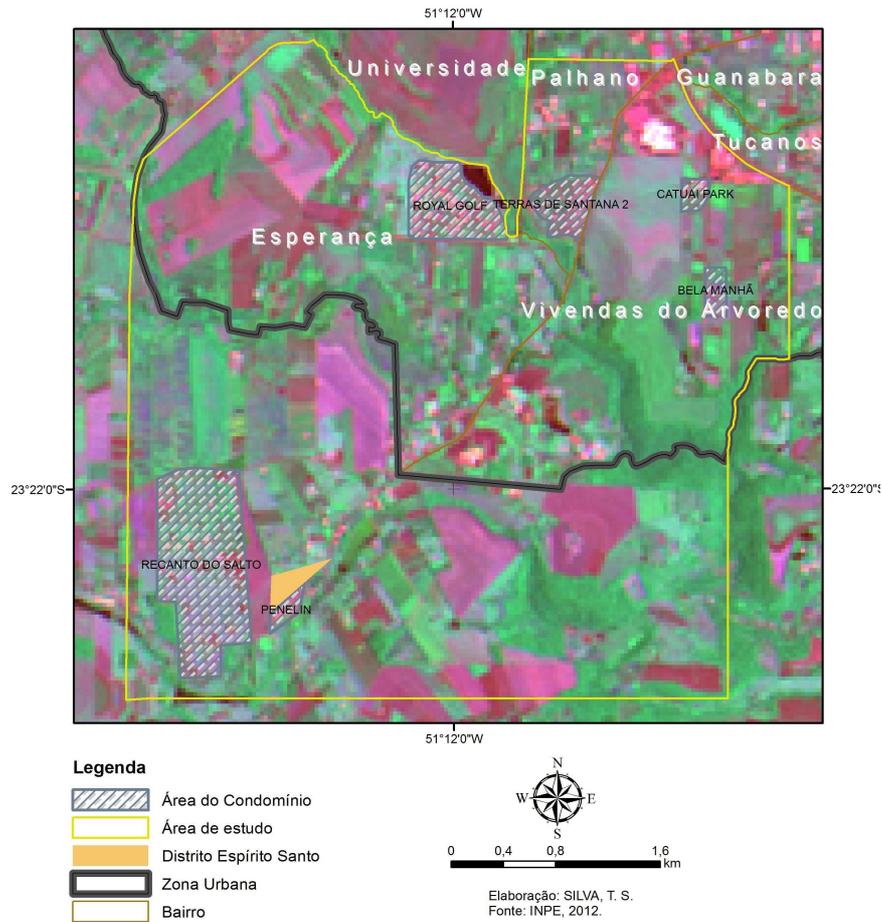
É possível observar na Figura 09, que no período citado, praticamente a inexistência de condomínios horizontais fechados, porém nota-se o empreendimento shopping Catuaí, identificado com uma mancha branca no canto superior direito da figura.

Figura 10. Área de estudo – ano 2000**Fonte: INPE (2012)**

Segundo Zanatta (2010), o início efetivo da ocupação por parte dos loteamentos na Região de estudo, se iniciou a partir da década de 1990 com a implantação do shopping Catuaí, uma vez que este empreendimento impulsionou a valorização do entorno e paralelamente gerou interesse de grupos imobiliários que identificaram nesse espaço, um local apropriado para a instalação de condomínios fechados.

A figura 11 evidencia os condomínios fechados na área de estudo no ano de 2000, como pode ser observado, nesta área começa a disseminação dos loteamentos, com alguns já formados e outros ainda em formação.

Figura 11. Identificação dos condomínios na área de estudo – ano 2000



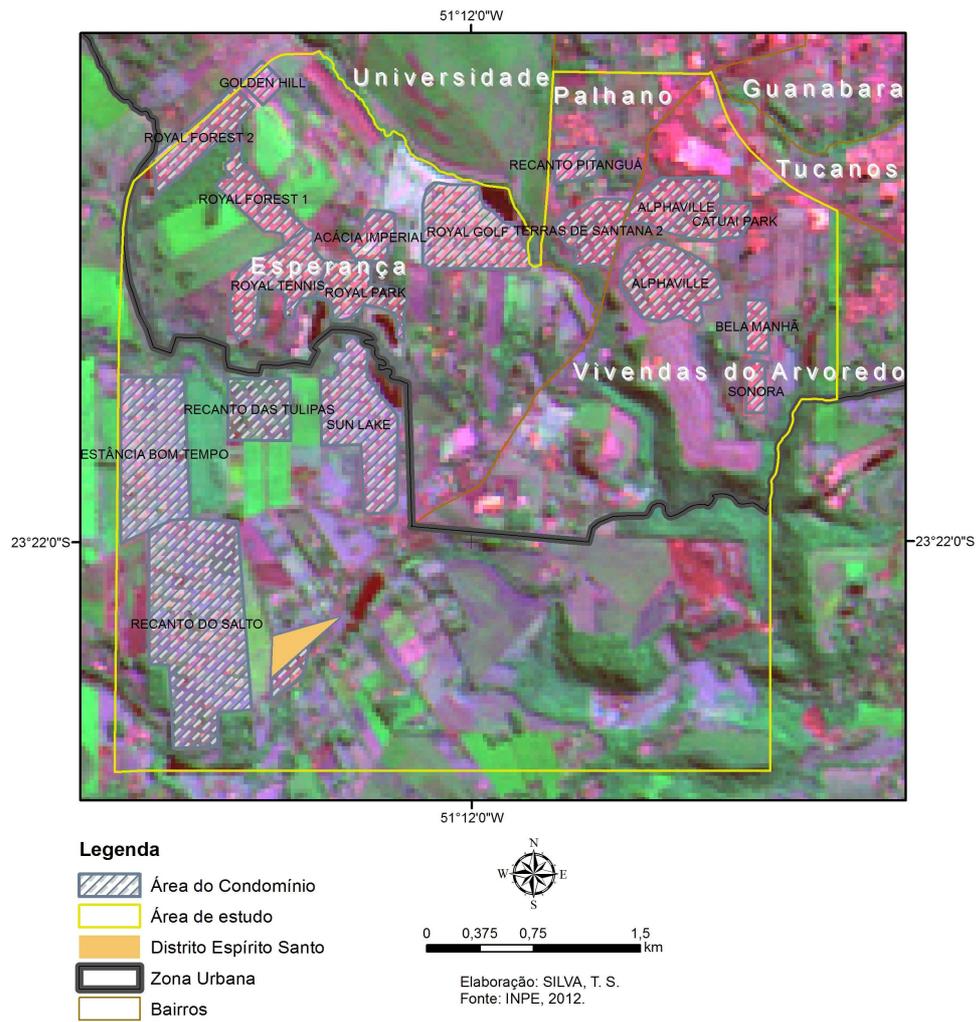
Fonte: INPE (2012)

A partir da análise das figuras 9 e 11, nas quais se identifica os condomínios na área de estudo em 1990 e 2000, já é possível identificar o avanço urbano que proliferou sobre a Região com a criação dos primeiros condomínios fechados.

Com intuito de mostrar a continuidade do avanço urbano para a área, a seguir mostraremos a mesma área no ano de 2011, em que se aproxima da configuração atual.

Figura 12. Imagem área de estudo – ano 2011**Fonte:** INPE (2012)

Figura 13. Identificação dos condomínios na área de estudo – ano 2012



Fonte: INPE (2012)

Conforme apresenta a Figura 13, no ano de 2012 observa-se um grande avanço dos condomínios, mostrando que neste período a Região possui vários condomínios fechados, aproximando a área da configuração atual.

De acordo com a imagem, verificam-se diversos condomínios totalmente formados e ainda possuem alguns em formação.

No intuito de identificar o avanço urbano, Zanata (2010) caracteriza os condomínios situados na Região Sul de Londrina, conforme pode ser verificado na tabela 06.

Tabela 06 – Condomínios residenciais na Região Sul de Londrina

Nome do Condomínio	Porte	Localização	Nº de Lotes	Tamanho mínimo do lote
Acácia Imperial	Grande	Sul	84	500m ²
Alphaville I	Grande	Sul	525	500m ²
Alphaville II	Grande	Sul	548	500m ²
Aroeiras	Grande	Sul	-	-
Bela Manhã	Grande	Sul	74	300m ²
Beleville	Grande	Sul	47	300m ²
Catuaí Parque	Grande	Sul	49	360m ²
Estância Bom Tempo	Grande	Sul	-	-
Euro Royal	Grande	Sul	120	1200m ²
Golden Hill	Grande	Sul	100	250m ²
Golden Ville	Grande	Sul	-	300m ²
Recanto Pitanguá	Grande	Sul	59	550m ²
Recanto do Salto	Grande	Sul	-	-
Royal Golf	Grande	Sul	179	1000m ²
Royal Park	Grande	Sul	173	500m ²
Royal Forest	Grande	Sul	246	300m ²
Royal Tennis	Grande	Sul	215	500m ²
Santana Residence	Grande	Sul	136	396m ²
Sonora	Grande	Sul	85	405m ²
Sun Lake	Grande	Sul	407	500m ²
Vale das Araucárias	Grande	Sul	160	320m ²
Vale do Arvoredo	Grande	Sul	206	300m ²
Village Premium	Grande	Sul	70	450m ²
Tucanos	Grande	Sul	45	320m ²
Ametista	Pequeno	Sul	22	254m ²
Estrela do Sul	Pequeno	Sul	15	-
Lagoa Dourada I	Pequeno	Sul	12	180m ²
Lagoa Dourada II	Pequeno	Sul	12	180m ²
Morada Imperial	Pequeno	Sul	31	300m ²

Fonte: Zanatta (2010, p. 65, 66 e 67)

Segundo Zanatta (2010), os condomínios situados na Região denominada Gleba Palhano, localizada ao sul de Londrina, caracterizam-se, em sua maioria, por

grandes empreendimentos apresentando características clássicas de condomínios fechados, com vastas áreas de lazer, em que possuem lagos e bosques, segurança reforçada no interior dos condomínios e nas portarias e também grandes pórticos na entrada. O autor esclarece que o esforço realizado pelos empreendedores em promover melhorias nos condomínios, tem como objetivo transmitir imagem de segurança, beleza, qualidade de vida e status a população em geral.

Em trabalho de campo realizado na Região de estudo, foi possível observar 34 condomínios situados na área de abrangência da pesquisa, conforme apresentado na tabela 07. Neste levantamento, foram identificados 12 condomínios que não foram citados por Zanatta (2010), assim como alguns loteamentos apresentados pelo autor que não se encontram na área de pesquisa, portanto não foram identificados na tabela 07.

Tabela 07 – Condomínios residenciais na área de estudo

Nome do Condomínio	Localização	Nº de Lotes
Acácia Imperial	Sul	84
Alphaville I	Sul	525
Alphaville II	Sul	548
Bela Manhã	Sul	74
Belo Villagio	Sul	-
Catuaí Parque	Sul	71*
Castela House	Sul	-
Estância Bom Tempo	Sul	171
Estância Santa Paula	Sul	128
Estância Senhorinha	Sul	90
Estrela do Sul	Sul	15
Euro Royal	Sul	120
Golden Hill	Sul	100
Imperial Boulevard	Sul	84
Morada Imperial	Sul	31
Parque Madrid	Sul	40
Recanto das Tulipas	Sul	48
Recanto Pitaguá	Sul	64*
Recanto do Salto	Sul	191
Residencial Penelin	Sul	13
Royal Golf	Sul	179
Royal Park	Sul	173

Royal Forest	Sul	246
Royal Forest 2	Sul	-
Royal Maison	Sul	160
Royal Tennis	Sul	215
Santana Residence	Sul	136
Sonora	Sul	85
Spazio Palhano	Sul	-
Sun Lake	Sul	408*
Terras de Canaã	Sul	194
Vale do Arvoredo	Sul	208
Village Premium	Sul	70
Villaggio Sant'anna	Sul	-

Fonte: Trabalho de campo, Tiago Soares da Silva, abril 2014.

* A quantidade de lotes apresentada por Zanatta (2010), difere da quantidade divulgada pela Prefeitura do Município de Londrina.

Conforme os dados da tabela 07 e as imagens coletadas por satélite, nota-se o grande avanço urbano na área de estudo, em que prevalecem os condomínios de grande porte. Devido a procura por essa forma de residência, surge a inserção de novos condomínios fechados com intuito de atender a demanda crescente, contudo, observa-se que a localidade está sendo a grande propulsora do avanço de loteamentos fechados no município.

De acordo com Zanatta (2010), muitos dos condomínios situados próximo ao shopping Catuaí e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), limitados pela avenida Mábio Gonçalves Palhano, têm na pretensão dos moradores a segurança dos condomínios, maior proximidade com áreas verdes e tranquilidade que não se encontra no centro da cidade e nos bairros movimentados.

Salienta-se que pesquisa feita com condôminos em um condomínio localizado na Gleba Palhano, mostra que mais de 98% dos moradores apresentaram como fator significativo de sua satisfação, a segurança que o condomínio oferece. Isso mostra que o medo da violência urbana é um fator predominante da auto-segregação das classes média e alta nos condomínios exclusivos (ZANATTA, 2010).

Outro fator decisivo para a escolha de condomínios horizontais, que os próprios moradores citaram em pesquisa, são as áreas verdes agregadas aos

residenciais; Os *slogans* utilizados na divulgação dos empreendimentos, juntamente com a segurança são “qualidade de vida” e “busca pela natureza” (ZANATTA, 2010).

Dessa forma, observa-se que a dinâmica de expansão urbana na área de estudo vincula-se a ocupação do solo por condomínios fechados de alto padrão. Tal fato fomentou o processo de “expulsão” dos antigos moradores nessa área que se transformou de rural em urbana.

Nesse contexto, no tópico a seguir abordaremos a questão da segregação socioespacial oriunda das transformações ocorridas no espaço.

4. SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL MEDIANTE AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA REGIÃO SUL

Conforme Corrêa (2004) a existência dos diferentes grupos sociais e sua reprodução, está pautada nas formas espaciais e, portanto na divisão social do espaço, neste processo surge o termo segregação residencial, cuja definição sendo uma “concentração de tipos de população dentro de um dado território”, ou seja, tendência a uma organização interna com forte homogeneidade social, fazendo emergir um produto de classes sociais situado no espaço urbano, tratando assim, de um processo que identifica a cidade.

Para definir a estruturação das classes sociais dentro do capitalismo, Harvey (1975 *apud* CORRÊA, 2004) expõe que existem três forças básicas que estruturam as classes sociais, as quais são: força primária, deriva das relações entre capital e trabalho sendo os proletariados e trabalhadores; força residual, pautada em um modo de produção

dominante e dominado e por fim as forças derivativas, emergindo da necessidade de evoluir as inovações tecnológicas a fim de garantir os processos de acumulação de capital, na medida em que as mesmas atuam durante um longo período, criam-se assim uma fragmentação da estrutura social ao mesmo tempo em que crescem as atividades da população nas cidades.

A definição da concepção de segregação segundo Harvey (1972 *apud* CORRÊA, 2004):

[...] significa diferencial de vida real – proximidade às facilidades de vida urbana, como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais, etc., e ausência de proximidade aos custos da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infraestrutura etc. Se já há diferença de renda monetária, a localização residencial pode implicar diferença ainda maior no que diz respeito à renda real. (1972, p. 362).

Para Corrêa (2004) a segregação residencial pode ser retratada como um meio da reprodução social, sendo assim, o espaço social atua como condicionante sobre a sociedade, e neste viés identifica os locais de produção como sendo as fábricas, escritórios e local de trabalho, já os locais de reprodução, são as moradias, unidades territoriais e sociais, residências e bairros. Nesse sentido, a segregação residencial não significa apenas um meio para privilégios, mas também um artifício para controle e reprodução social que está por vir.

No intuito de identificar quem produz a segregação, Corrêa (2004) mostra que devido a fragmentação da classe capitalista e proletária, dentro de um processo de divisão do trabalho e especializações funcionais, criam-se uma classe de grandes empresas que visam a organização, circulação, distribuição de mercadorias e do consumo propriamente dito, dentro deste processo, estas forças produtivas agindo durante um longo período, produzem uma quebra significativa na estrutura social ao mesmo tempo em que crescem e acumulam atividades e pessoas na cidade, em um processo de diferenciação de moradia destas classes fragmentadas no espaço urbano, surge a segregação residencial na cidade capitalista.

Para identificar as classes sociais fragmentadas, Corrêa (2004) mostra que o diferencial que cada grupo social possa pagar por sua residência acaba por defini-las, uma vez que as características diferentes quanto a localização e ao tipo das mesmas, rebatem no espaço a fragmentação destas classes. Nesse processo, Corrêa (2004) aponta

que para entender o processo de produção da habitação, a mesma necessita de uma mercadoria especial que é a terra urbana, com isso é tratada como uma mercadoria que possui valor de uso e troca, sujeitando-a aos mecanismos do mercado.

O acesso a terra urbana é definida como sendo uma mercadoria cara, assim Corrêa (2004) defende a intervenção do Estado, seja diretamente em que o próprio Estado constrói as habitações, ou indiretamente mediante financiamento para os consumidores e construtores a fim de ampliar a demanda e ativar o processo de acumulação.

As alternativas para a população de baixo poder aquisitivo ter acesso a moradia, conforme Corrêa (2004): são as sublocações de residências deterioradas adquiridas por aqueles que não conseguem pagar por uma habitação legítima: as autoconstruções na periferia urbana e a construção de barracos em favelas.

Com relação ao local das habitações, Corrêa (2004) mostra que existem diferenças espaciais na localização das residências que irão refletir no preço da terra, pois os melhores terrenos, localizados nos melhores acessos, são mais caros e serão utilizados para a construção das melhores casas atendendo uma demanda solvável. Já os lotes de menores preços e pior localizados serão disponibilizados para quem possui renda inferior.

Ainda referente ao processo de segregação, Corrêa (2004) aponta as ações da classe dominante, uma vez que sua atuação se faz por meio da auto-segregação, pois na medida em que seleciona as melhores áreas do seu interesse excluindo-as do restante da população, escolhe seletivamente onde irá habitar, esta ação faz implantar os condomínios exclusivos com muros e sistemas de segurança e serviços exclusivos como áreas de lazer e até mesmo escolas eficientes, ou seja, a classe dominante segrega os outros grupos sociais na medida em que controla a terra como mercadoria e direciona a sua localização no espaço urbano.

Segundo Zanatta (2010, p. 4), “[...] a segregação social e residencial, que pode ser uma das formas da materialização da fragmentação urbana é o resultado de um processo histórico único”. Ademais o próprio sistema capitalista que tornou possível o avanço dos edifícios residenciais, que também abrigam bancos, escritórios, entre outros, tornou possível a formação das favelas e áreas subnormais como uma alternativa de moradia para a classe social desprivilegiada.

Com o intuito de identificar as alterações na dinâmica socioespacial da Região Sul de Londrina a partir da expansão urbana, uma vez que a área em questão é um atrativo para criação de condomínios fechados mediante as incorporadoras, foi necessário realizar uma pesquisa de campo com a população que vivia nessa área e obtinha a sua reprodução social na mesma. A pesquisa com alguns emigrantes da área visou compreender as mudanças ocorridas na vida dessas pessoas que foram segregadas e que anteriormente eram produtoras rurais. Assim se buscou compreender como se deu o processo de transição para a vida urbana³, e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

4.1 TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DOS ANTIGOS PRODUTORES RURAIS.

Este trabalho justifica-se, em um primeiro momento, pela necessidade de uma melhor compreensão da dinâmica socioespacial ocorrida mediante a expansão do perímetro urbano em parte da Região Sul do município de Londrina, especificamente entre o empreendimento shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo, a partir da valorização do espaço dessa área.

O interesse pelo tema, deve-se também a experiência vivenciada pelo autor da pesquisa durante os 23 anos em que residiu na Região, e paralelamente, observou as transformações ocorridas especificamente entre os anos de 1990 a 2012, recorte temporal da pesquisa. Dessa forma a pesquisa pautou-se na discussão sobre a valorização espacial e os relatos de antigos moradores, para compreender as mudanças ocorridas na vida dessas pessoas e na reorganização socioespacial da área de estudo.

A metodologia empregada nessa pesquisa foi pesquisa bibliográfica e trabalhos de campo para a identificação dos condomínios e o levantamento dos antigos moradores. Após a obtenção do universo populacional da investigação, foram realizadas entrevistas de maneira informal com os mesmos. A conversa com as famílias ocorreu

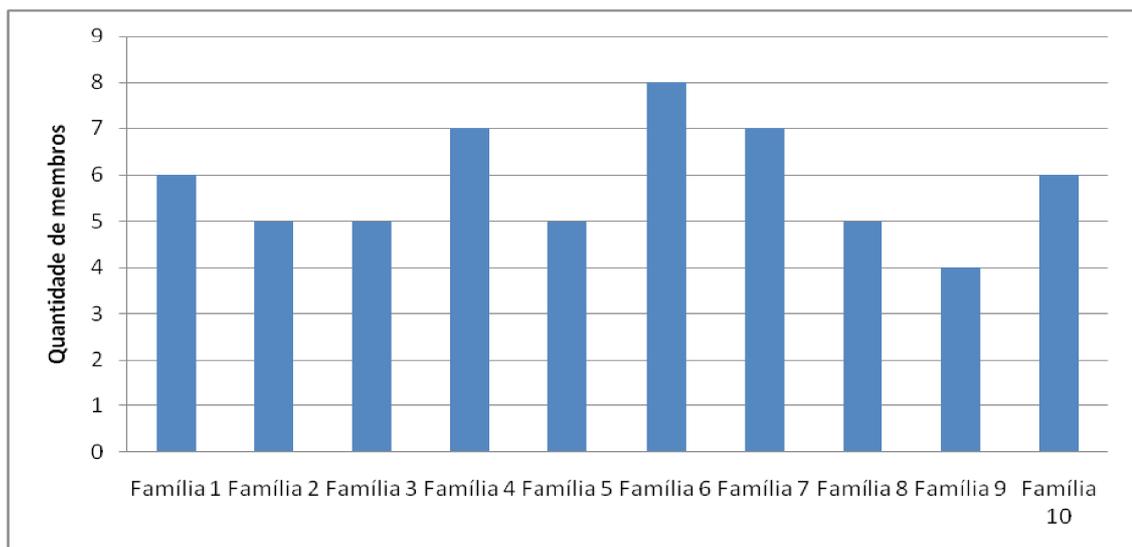
³ Quando for o caso da mudança para o urbano, uma vez que nem todos os antigos moradores foram para a cidade.

mediante aplicação de questionário, elaborado mediante os objetivos da pesquisa, aos quais tiveram como objetivos em identificar, caracterizar e explorar as informações fornecidas pelos mesmos que visam nas mudanças ocorridas em suas vidas com o processo de expansão urbana.

Com o objetivo de caracterizar algumas famílias que moravam na área de estudo, utilizou-se um formulário de pesquisa composto por questões objetivas, em que possui respostas com dados quantitativos, e por questões qualitativas, uma vez que se buscou retratar o sentimento e as dificuldades encontradas mediante a fala das pessoas; Para esta pesquisa, foram entrevistadas 10 famílias⁴. Dessa forma, a análise a seguir sobre o processo vivenciado pelo universo da pesquisa é resultado dos dados obtidos na aplicação dos questionários e das entrevistas realizadas.

O gráfico 1, apresenta a quantidade de membros das famílias que viviam na Região, de acordo com as informações é possível identificar que a média da composição familiar é de 5,8 pessoas.

Gráfico 1 – Quantidade de membros na família

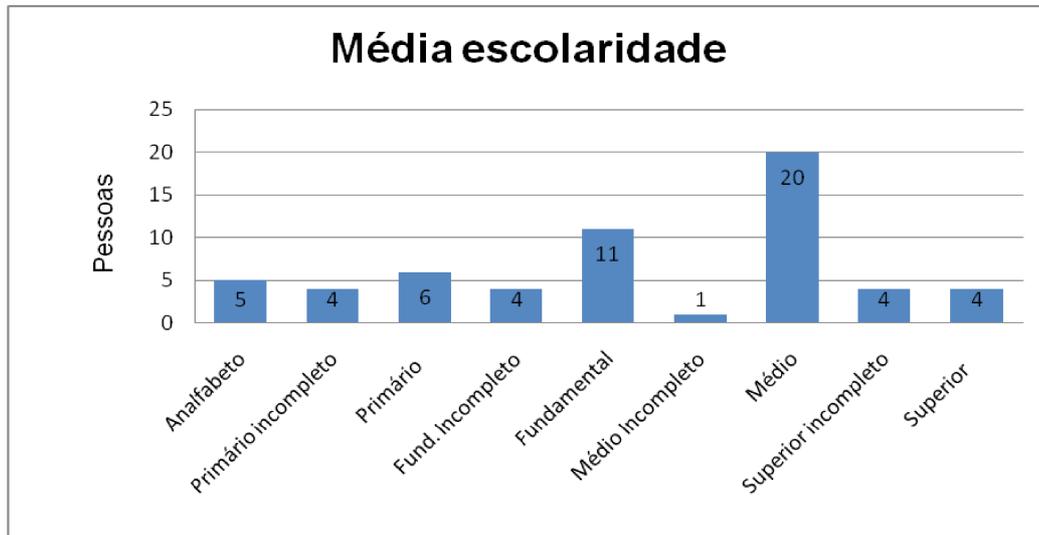


Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Na caracterização das famílias, fez-se necessário fazer um levantamento da escolaridade de seus membros, com isso, o gráfico 2, apresenta a média da escolaridade dos membros das famílias que viviam na Região.

⁴ As famílias pesquisadas são de conhecimento do autor da pesquisa, no momento das entrevistas foram citadas pelos entrevistados mais 4 famílias as quais não se obteve o contato para entrevistas.

Gráfico 2 – Média Escolaridade dos membros das famílias

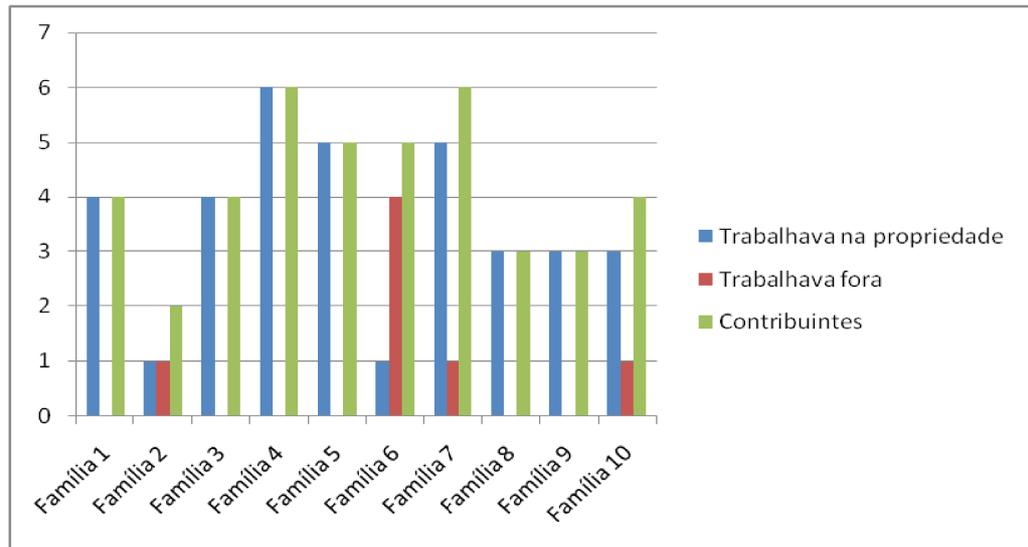
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

De acordo com o gráfico 2, é possível identificar que a maioria das pessoas que viviam na Região de estudo, possuem o ensino médio completo, assim como têm indivíduos que cursaram a graduação e na contramão, principalmente os chefes das famílias, são analfabetos e semi analfabetos, pois frequentaram somente o ensino primário e as vezes nem isso, pois conforme os moradores, quando crianças, tinham que trabalhar para ajudar no sustento de suas famílias, tal fato impossibilitavam a continuidade dos estudos.

O gráfico 3 apresenta a quantidade de membros que trabalhavam na propriedade, os que trabalhavam fora e quantos eram os contribuintes para a renda familiar durante o período que moravam na Região de estudo.

Gráfico 3 – Contribuintes para a renda familiar



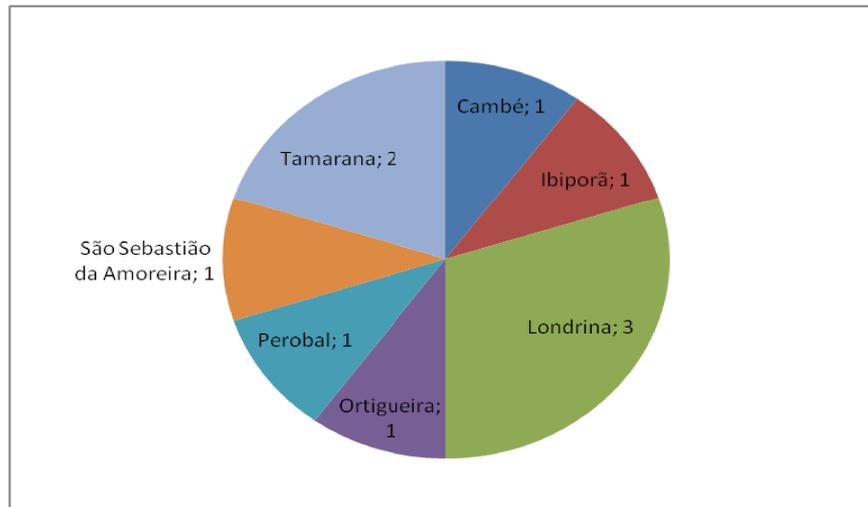
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

De acordo com os dados do gráfico 3, é possível identificar que a maioria dos integrantes das famílias trabalhavam nas propriedades e eram contribuintes para a renda familiar, exceto no caso da família 2, em que possuíam 5 membros e apenas 2 contribuía para a renda familiar, isso se deve ao fato de que 3 membros ainda eram crianças no período. A família 6, apresenta o maior número de pessoas que trabalhavam fora da propriedade e contribuía para a renda familiar, esse fato é devido a 4 integrantes trabalharem como empregadas doméstica na casa do proprietário da fazenda e seus parentes.

O gráfico 4 mostra os municípios de origem das famílias antes do ingresso a Região, a pesquisa identificou que todas as famílias entrevistadas são oriundas do estado do Paraná.

Gráfico 4 – Municípios de origem das famílias



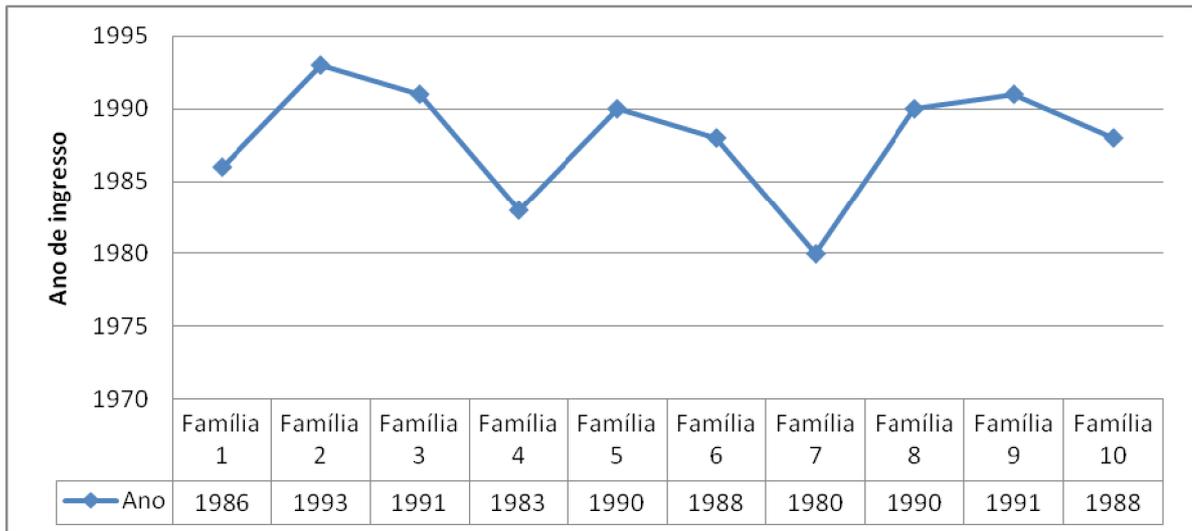
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Os dados do gráfico 4, revelam que todas as famílias que vieram para a Região trabalhavam em área rural, sendo a maioria provenientes de municípios situados ao norte do estado do Paraná. Para a melhor compreensão da ocupação do norte do Paraná, Chies, Yokoo (2012), demonstra que a ocupação do norte paranaense está diretamente relacionada com a expansão da cafeicultura mediante ações das companhias colonizadoras a partir da década de 1930. Nesse viés, as características desta colonização, estão pautadas na organização em pequenas e médias propriedades cultivadas pela produção familiar, que foram atraídas mediante a facilidade para pagamento das terras e o solo fértil da Região, outro fator importante foi o planejamento de cidades próximas do entorno rural para atender as necessidades da população.

Os gráficos 5 e 6, procuram caracterizar o período de moradia dos antigos moradores da área, informando o ano de ingresso e saída desta região, identificando por quanto tempo as famílias exerceram atividades rurais na área de estudo.

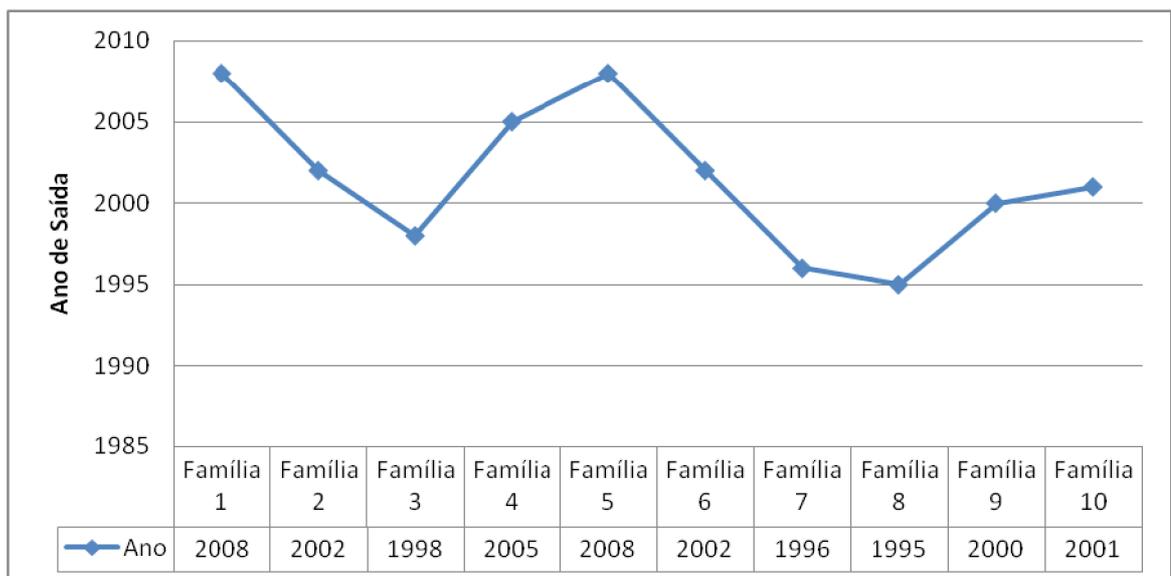
Gráfico 5 – Ano de ingresso na área



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Gráfico 6 – Ano de saída da área



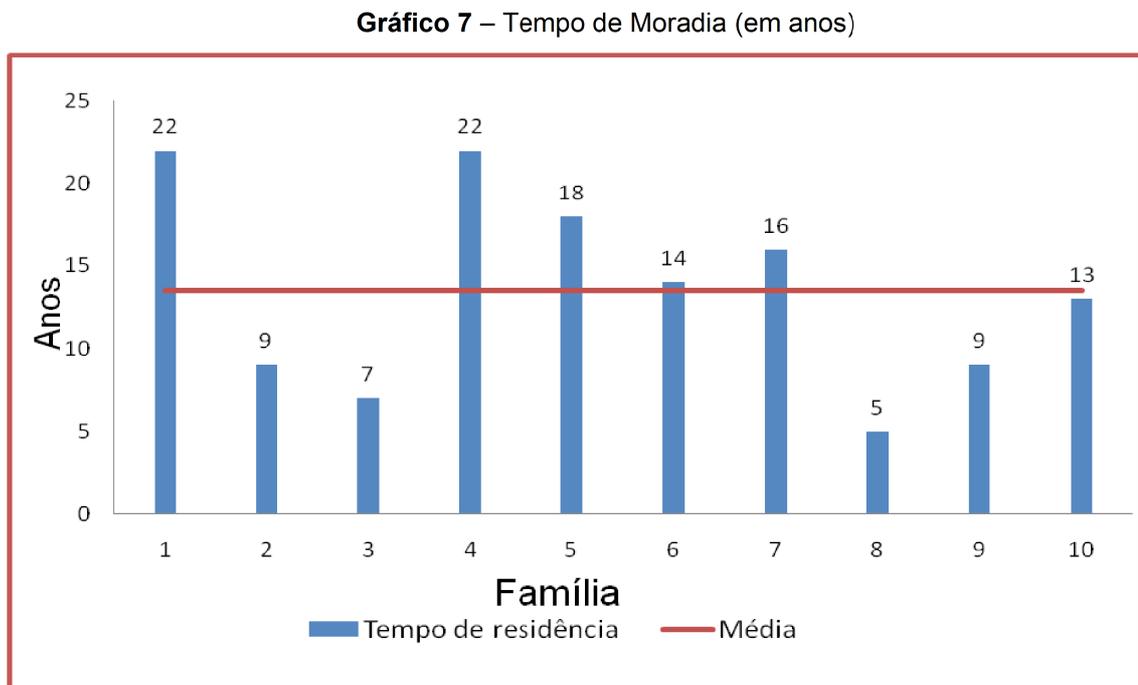
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Conforme os dados presentes nos gráficos 5 e 6, nota-se que o ingresso das pessoas na área, foi principalmente nas décadas de 1980 e 1990, enquanto que o período de saída em maioria dos casos foi na década de 2000, com isso é possível perceber que várias famílias viveram na área por um tempo significativo, uma vez que em média viveram por cerca de 13,5 anos, conforme evidenciado no gráfico 7.

O processo de migração do campo para as cidades, não é um caso apenas da Região Sul de Londrina, segundo Santos (2008) entre as décadas de 1940 e 1980, ocorre uma inversão no local de residência da população do Brasil, isso ocorre devido a taxa de urbanização ter aumento significativamente no período citado, essa crescente urbanização, que ganhou forças a partir da Segunda Guerra mundial, é decorrente de um forte crescimento demográfico e baixa taxa de mortalidade que ocorre devido ao progresso sanitário do país e melhoria no padrão de vida.

O questionamento sobre o tempo de moradia na área de estudo, foi um quesito que gerou enorme discrepância, devido aos anos que as famílias viveram na área, pois teve família que morou por 5 anos e famílias que ficaram por 22 anos, como pode ser observado no gráfico 7.



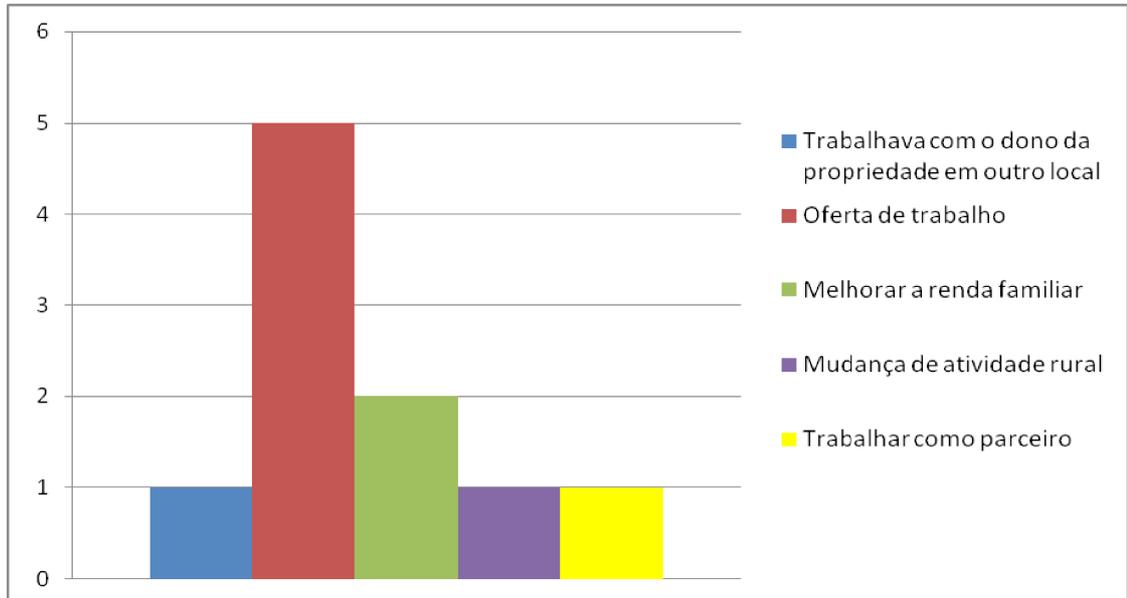
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

De acordo com as informações do gráfico 7, a média do tempo de moradia das famílias na área foi de 13,5 anos, uma vez que as famílias que residiram por mais tempo foram 22 anos, e as que ficaram menos tempo foram 5 anos, isso evidencia a discrepância no tempo de permanência das pessoas na área. Ademais, a saída dos antigos produtores ocorreram por vários motivos aos quais podemos verificar adiante.

O gráfico 8 ilustra as circunstâncias que levaram as famílias a ingressarem na área de estudo, como pode ser observado, o motivo que mais se repetiu dentre as famílias entrevistadas foi a oferta de emprego oferecida pelos seus antigos patrões.

Gráfico 8 – Motivo do ingresso para a área



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

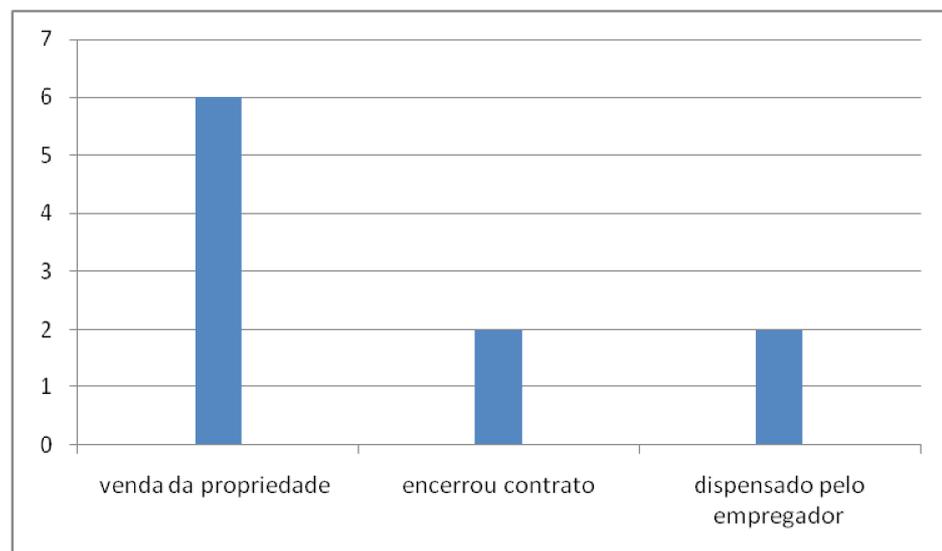
Conforme dados do gráfico 8, o motivo da vinda para a área de estudo, na maioria das famílias foi oferta de trabalho. Na fala dos moradores pode-se perceber a gratidão no olhar de um dos moradores ao vir para o local, ressaltando que: *“quando recebi a proposta pra vim pra cá, morava lá em Perobal, estava falido, cheguei aqui só tinha mato, nossa sorte era que o antigo morador deixou uma plantação de mandioca e foi nossa salvação, desmatei e plantei feijão, milho e arroz até começar a produzir, a mandioca foi a alimentação de minha família, tudo que consegui foi tirado de lá!”*; *vim pra trabalhar como meeiro no cultivo da uva*”; *“eu trabalhava assalariado e minha esposa diarista para a dona da fazenda”*; *“meu marido era assalariado e eu e os meninos trabalhava por dia no algodão, o engraçado é que nós que morava lá e trabalhava por dia, recebia um terço da diária que ele pagava pro outros”*.

Durante as entrevistas, as pessoas não se intimidaram em fazer reclamações dos antigos patrões, e percebe-se que quando trabalhavam nas fazendas,

chácaras ou sítios, não tinham muita escolha de trabalho e, portanto não questionavam sobre seus direitos.

Durante a pesquisa, nenhum dos entrevistados eram os proprietários das terras que trabalhavam, e o questionamento sobre o motivo da saída, na maioria dos casos foi a venda da propriedade por parte de seus donos, como pode ser visualizado no gráfico 9. E questionados se eram proprietários das terras, nenhum dos entrevistados disseram que eram os donos das terras.

Gráfico 9 – Motivo da saída da área

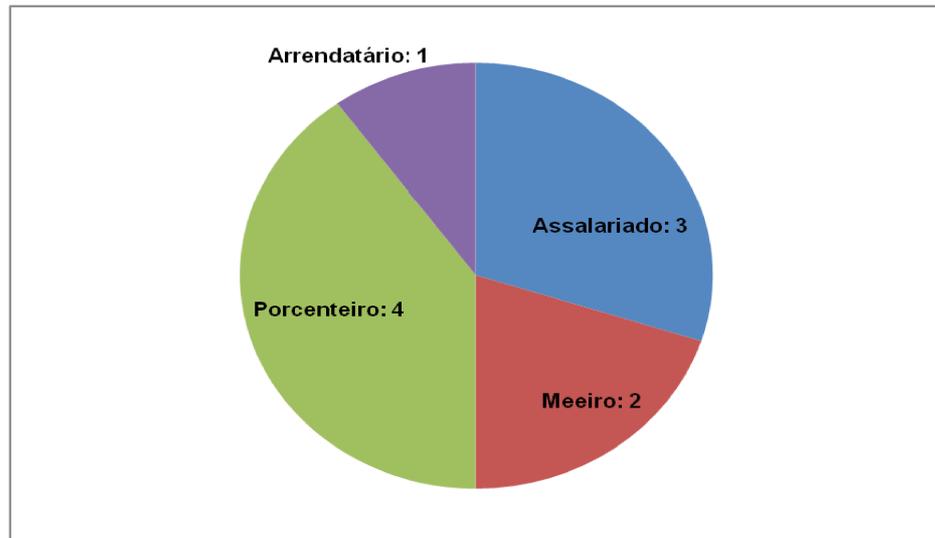


Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Durante as entrevistas, no questionamento sobre o motivo da saída da Região, na maioria dos casos foi a venda da propriedade por parte dos proprietários. Todas as famílias ingressaram na Região para trabalhar com algum contrato com o proprietário, como pode ser visualizado no gráfico 10.

Gráfico 10 – Relação de trabalho com o proprietário.



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Dentre as opções questionadas sobre a relação de trabalho na propriedade, a maioria respondeu sendo porcentageiros⁵, 3 casos de assalariado, 2 como meeiro e apenas 1 de arrendatário. Neste questionamento, os entrevistados ficaram a vontade em responder e ressaltaram as dificuldades encontradas: *“no início dava para ganhar algum dinheiro, depois ficou muito difícil”*; *“ vim pra cá e fiquei nove anos sem registro, só daí o patrão me registrou”*; *“vim pra trabalhar como porcentageiro e recebia 30 por cento do que produzia”*.

Um dos moradores que trabalhava como porcentageiro disse que recebia 25% do que era produzido porque sua família tinha mais membros, sendo que outra família que morava na mesma propriedade recebia 30%, ou seja, a família que possuía mais gente para trabalhar e gerar mais lucro, recebia menos no final.

As questões sobre: o tamanho das propriedades, renda familiar e atividades desenvolvidas para obtenção de renda, pode ser verificado na tabela 8, com relação ao tamanho das propriedades, a pergunta foi referida em alqueire paulista⁶.

Tabela 8 – Tamanho da propriedade, atividades desenvolvidas e renda familiar quando trabalhavam na área rural.

⁵ Na relação de trabalho como porcentageiro, o trabalhador recebe uma porcentagem pré definida sobre a venda do que é produzido, na relação de assalariado, o trabalhador recebe salário fixo, como meeiro, o trabalhador recebe metade do valor sobre as vendas dos produtos produzidos na propriedade, já no arrendatário, o trabalhador arrenda uma determinada área para exercer suas atividades agrícolas, arcando com os custos de produção.

⁶ Segundo o IBGE, 1 alqueire é a medida agrária que corresponde no estado de São Paulo a 24.200 m², variando contudo nos demais estados. Em Minas Gerais por exemplo, corresponde a 48.400 m².

	Tamanho da propriedade	Atividades desenvolvidas	Renda Familiar*
Família 1	2,5 alq.	Cultivo de Legumes, uva, morangos e hortaliças	De 1 a 2 salários mínimos
Família 2	5,0 alq.	Avicultura e emprego doméstico	De 2 a 3 salários mínimos
Família 3	1,5 alq.	Cultivo de uva e hortaliças	De 3 a 4 salários mínimos
Família 4	26,0 alq.	Cultivo de algodão, arroz, soja e diarista	De 2 a 3 salários mínimos
Família 5	2,0 alq.	Cultivo de morangos	De 1 a 2 salários mínimos
Família 6	77,0 alq.	Serviços gerais na fazenda e empregos domésticos	De 3 a 4 salários mínimos
Família 7	1,5 alq.	Cultivo de uva, morango e corretor de automóveis	De 4 a 5 salários mínimos
Família 8	2,5 alq.	Cultivo de legumes e hortaliças	De 1 a 2 salários mínimos
Família 9	2,0 alq.	Cultivo de legumes e hortaliças	De 1 a 2 salários mínimos
Família 10	5,0 alq.	Cultivo de morangos e hortaliças	De 2 a 3 salários mínimos

Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

* A renda informada corresponde ao valor do salário mínimo vigente na época que residiam na Região.

Conforme a tabela 8 observa-se a grande diversidade no tamanho das propriedades que as famílias trabalhavam, uma vez que os tamanhos apresentavam uma variação entre 1,5 a 77,0 alqueires paulistas, e na maioria dos casos, as famílias trabalhavam em propriedades consideradas pequenas.

Quando questionados se a renda familiar era significativa quando residiram nas propriedades, apenas 4 famílias responderam que sim, era significativa, enquanto que 6 famílias responderam que a renda não era significativa, ou seja, as pessoas desenvolviam suas atividades porém nem sempre eram remunerados conforme suas expectativas, segundo relatos das famílias: *“na soma de tudo, não dava dois salários pra gente, tinha que controlar certinho pra não falta no mês que não produzia”*; *“É, era significativa, dava pra viver”*; *“a gente que morava lá e trabalhava por dia ganhava um terço dos que vinham de fora trabalha por dia”*.

Manaia (2009), aborda a questão da redução do trabalho do colonato⁷, em que os trabalhadores residiam na propriedade na qual trabalhavam, assim ocorre o aumento dos trabalhadores sem vínculo empregatício, os chamados diaristas. Nesse sentido o autor mostra as modificações das relações de trabalho predominantes no campo, mediante a modernização técnica da agricultura:

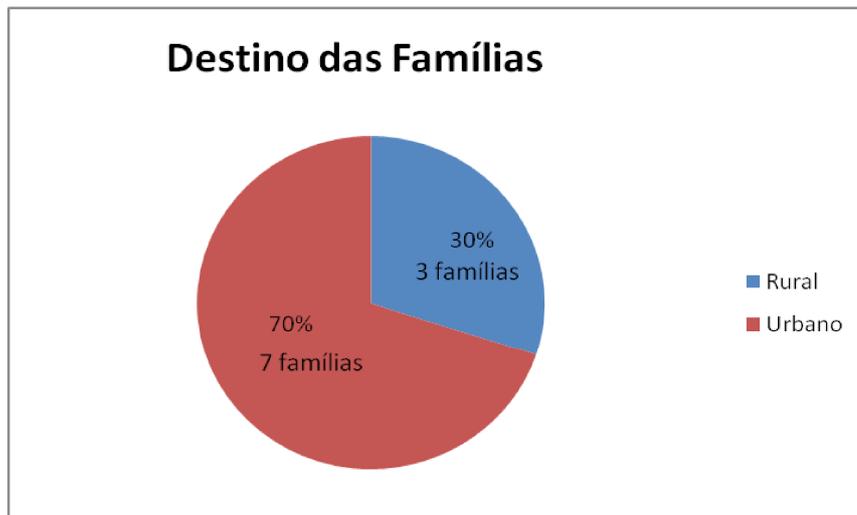
⁷ Os antigos produtores rurais da área de estudo não exerciam uma relação de colonato.

É expressiva assim, a substituição do trabalho do colonato, pelos trabalhadores rurais, e consolidação do diarista como o dominante no processo produtivo, que este recebia e recebe até hoje as menores remunerações, mesmo sendo o personagem agrícola que está submetido a elevados patamares de exploração de seu trabalho. (2009, p. 48)

Com base na descrição das atividades desenvolvidas para obtenção da renda familiar observa-se uma grande variedade de cultivos e atividades, algumas delas sem ligação com a propriedade rural, como no caso das famílias 2, 4 e 6, nas quais integrantes trabalhavam na atividade doméstica. Endlich (2006) explica sobre a ocupação econômica da população rural, em que cada vez é menor o número de habitantes da área rural que trabalham na agricultura.

Em relação ao local no qual se instalaram após a saída da propriedade, conforme apresentado no gráfico 11 a seguir, é possível identificar que a maior parte das famílias passaram a residir na área urbana.

Gráfico 11 – Destino das famílias após a saída da área



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Conforme apresentado pelo gráfico 11, apenas 3 famílias que saíram da região foram para área rural situada em outra localidade, e nenhuma das famílias continuam exercendo atividade rural, com destaque a uma dessas famílias que foram morar em um condomínio de chácaras rurais situado no distrito Espírito Santo. Com relação ao questionamento se os membros se mantiveram nas famílias, todos os

entrevistados disseram que sim na época da saída, ademais, atualmente alguns membros das famílias já se mudaram.

No questionamento sobre o tempo de retorno as atividades para obtenção de renda, teve-se a maior variação de respostas, uma vez que tiveram famílias que os responsáveis pelas famílias ficaram desempregados por um tempo, ou necessitaram trabalhar em qualquer emprego que surgia, como exemplo a servente de pedreiro, vigia provisório, diarista em lavoura, diarista doméstica, etc (tabela 9).

Tabela 9 – Atividades desenvolvidas e renda familiar após saída da área

	Atividades desenvolvidas	Renda Familiar
Família 1	Moto táxi, comércio e indústria	De 2 a 3 salários mínimos
Família 2	Emprego doméstico	De 3 a 4 salários mínimos
Família 3	Emprego doméstico, roçagem, indústria e comércio	De 3 a 4 salários mínimos
Família 4	Emprego doméstico, porteiro, comércio	De 3 a 4 salários mínimos
Família 5	Jardineiro e caseiro, emprego doméstico, comércio	De 3 a 4 salários mínimos
Família 6	Serviço autônomo de jardinagem e indústria	De 2 a 3 salários mínimos
Família 7	Corretor de automóveis, aposentadoria	De 2 a 3 salários mínimos
Família 8	Caseiro, jardinagem, emprego doméstico e comércio	De 2 a 3 salários mínimos
Família 9	Serviços gerais em chácara	De 2 a 3 salários mínimos
Família 10	Caseiro, jardinagem e diarista em lavoura	De 2 a 3 salários mínimos

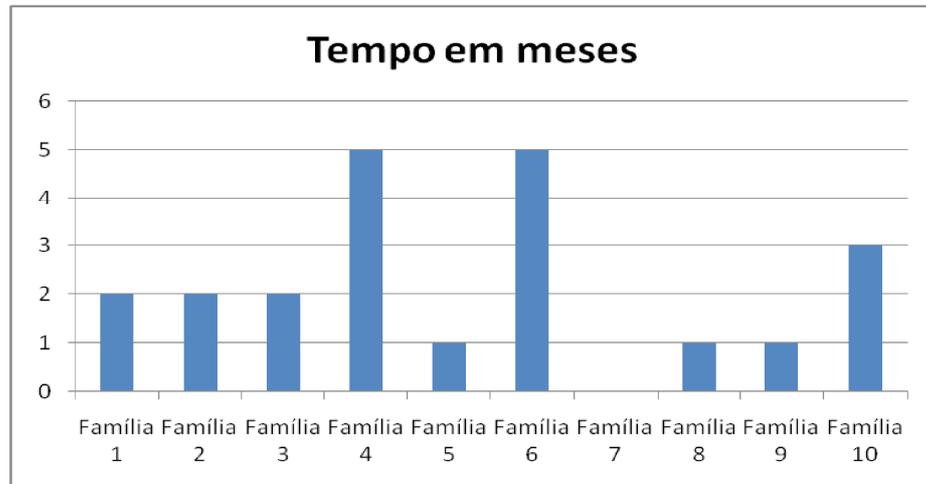
Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Comparando as tabelas 8 e 9, é possível observar que na maioria das famílias a renda familiar melhorou ou se manteve após deixarem de exercer a atividade agrícola, com exceção a família 6, em que a renda veio a piorar.

Para o questionamento de retorno das atividades econômicas, visualizado no gráfico 12, foi perguntado o tempo em meses para uma nova inserção no mercado de trabalho, neste quesito foi possível perceber várias dificuldades encontradas pelas famílias em conseguir um “novo” emprego principalmente na cidade.

Gráfico 12 – Tempo em meses de retorno as atividades econômicas



Fonte: Trabalho de Campo, 2014

Elaboração: SILVA, Tiago S.

Neste levantamento foi considerado para o retorno às atividades econômicas os principais contribuintes para a renda familiar, que nos casos foram os chefes de família, uma vez que alguns filhos já haviam conseguido emprego no mercado de trabalho, como exemplo de diaristas em casas de famílias, comércio e indústria; No entanto, foi possível perceber grandes dificuldades encontradas para inserção no mercado de trabalho, pois os mesmos trabalhavam em qualquer emprego que surgia, os antigos moradores lembravam: *“Eu sou trabalhador rural, não tenho estudo, não tenho prática em nada”*; *“Fui preencher um currículo e pensei, meu Deus! O que vou colocar aqui, não sei fazer nada”*; *“Fiquei dois anos trabalhando como diarista até conseguir um trabalho de porteiro”*; *“Eu encarei moto táxi, porque não tinha trabalho pra mim, na minha idade, não tem mais trabalho”*.

Neste questionamento foi possível perceber o quanto é difícil para um trabalhador rural, principalmente os pais de famílias se inserirem no mercado de trabalho, pois os mesmo trabalharam a vida inteira no campo produzindo e de repente se vêem obrigados a exercerem funções aos quais nunca vivenciaram, ademais todos conseguiram algum tipo de trabalho, mesmo que sejam os mais simples possíveis.

Foi verificado também, que os trabalhos exercidos pelas pessoas foram aqueles que praticamente não se exigia prática e baixo nível educacional, como diaristas em lavouras, faxineiros em indústrias, empregadas domésticas, entre outros. Entretanto, após o período de adaptação, a maioria das famílias melhorou suas rendas mesmo com

todas as dificuldades encontradas, isso mostra que o trabalho para o pequeno produtor que não possui sua própria propriedade, está cada vez mais difícil e escasso no campo.

No questionamento sobre o interesse das famílias em retorno a exercer atividades agrícolas, apenas duas famílias demonstraram tal interesse, na fala é possível perceber a satisfação de morar no urbano: *“nascemos no rural, vivemos a vida inteira, a gente nunca conseguiu nada, hoje vive melhor que no sítio”*; *“não tenho interesse, gostaria apenas de morar”*; *“sim, trabalhar para si próprio”*; *“vontade eu tenho, mas interesse não mais.”*; *“a gente sofreu muito, não dava pra trabalhar como porcenteiro, o que ganhava só dava pra comer.”*

Como pôde-se verificar, na cidade as famílias tiveram opções de trabalho, uma vez que, além de não possuírem experiências, não recusavam empregos, como dizia um ex-morador: *“agente encarava o que aparecia.”* Conforme Santos, Silveira (2011) as cidades oferecem meios para manutenção de uma rede de consumo dos indivíduos e das empresas. Em relação ao consumo das famílias os autores apontam o consumo da educação, da saúde, do lazer, religião e acesso a informação, além do exercício da cidadania, para eles desta forma as cidades realizam seu papel de atender as necessidades da vida dos indivíduos, necessidades estas que encontram-se em constante modificação. Dessa forma, as cidades atendem parte das necessidades dos indivíduos que saíram do campo, embora tenham sido privados de determinadas vantagens na cidade encontram benefícios que muitas vezes eram escassos na área rural.

Para a pergunta sobre como foi a adaptação a vida urbana, das sete famílias que se mudaram para a cidade, quatro responderam que foi muito difícil, duas responderam que foi boa e uma disse que foi normal a adaptação, as dificuldades encontradas, as respostas foram: *“conseguir emprego pela falta de experiência, estudo e idade”*; *“ter que comprar tudo, verduras que no sítio a gente plantava, pagar até água, que tínhamos em abundância”*; *“pagar água, luz, violência urbana, barulhos”*; *“desemprego do chefe da família”*; *“tivemos que construir a casa, pagar o terreno”*; *“acostumar, comprar tudo.”*

A partir da descrição realizada pelos sujeitos, é possível identificar que as maiores dificuldades encontram-se relacionadas à adaptação a vida urbana, na qual a violência torna-se mais evidente, os barulhos causam estranheza em comparação ao

silêncio do campo. Na questão financeira passam a perceber o que o manejo da terra lhes proporcionava, já que na área urbana por não terem esta possibilidade são forçados a comprar até mesmo simples mantimentos que no rural produziam, o que possuíam em abundância passa a ocupar parte de sua renda, ou seja, apesar da vida simples no campo, as pessoas estavam acostumadas com a rotina, pois executavam atividades que exerciam durante toda vida, e como elemento fundamental, produziam parte do que consumiam.

No que diz respeito à questão da relação com a vizinhança é possível identificar a partir da fala dos indivíduos que os mesmos possuíam uma relação mais próxima com seus vizinhos quando residiam na área rural, afirmam que embora a convivência na cidade seja boa, não existe a mesma proximidade que no campo, relatam que: *“as pessoas da cidade são mais fechadas”*, descrevem que muitas vezes os vizinhos pareciam fazer parte da família, pois exerciam muitas atividades em comum *“eu ia pra casa da minha vizinha pra fazer pão, quando tinha milho a gente fazia pamonha junto”*. Além da proximidade que referem, percebe-se também a grande cooperação e confiança entre vizinhos na área rural como afirmam os entrevistados *“vizinhos se ajudavam com transporte, mantimentos”*; *“eu fazia compra e marcava pra pagar depois, sem precisar de cartão ou cheque, era tudo na base da confiança”*. Um dos entrevistados relata a mudança na rotina após a chegada ao meio urbano que influencia na relação com a vizinhança:

“antes eu tinha que ir trabalhar, mas não tinha horário contado, se eu encontrasse meu vizinho podia parar pra trocar umas palavras, não tinha problema se chegasse dez minutos depois, agora tenho que tá no horário certinho no serviço, a vida é mais corrida”.

Para o quesito das mudanças significativas percebidas após deixarem de exercerem atividades rurais, algumas pessoas relataram as diferenças do rural com o urbano: *“Aqui, na cidade, a gente tem mais qualidade de vida, água tratada, mas pra isso é preciso pagar, no sítio a gente plantava verduras, tinha mais liberdade”*. Uma outra família relembra a rotina pesada do campo: *“lá era trabalhar direto, sem descanso”*. Já outros antigos moradores descrevem que as mudanças foram para melhor: *“mudança em tudo, completamente para melhor”*. Percebe-se a partir da fala dos entrevistados a dificuldade ao acesso as mercadorias e produtos, resultante da distância quando um

deles relata *“tudo era longe, até chegar no ponto de ônibus o calçado ficava todo sujo, aqui tem um ponto em frente de casa, agora eu posso comer pão francês quentinho, porque a padaria fica perto, antes até que chegasse no sítio o pão já tava frio”*, dessa forma é possível identificar uma fácil adaptação ao meio urbano devido a comodidade e ao fácil acesso aos serviços e mercadorias.

Quando questionadas se continuariam no campo se lhe fosse possível a escolha, as respostas foram muito variadas, os que afirmam que sim demonstram um vínculo com o meio rural: *“por ser a atividade que exerci a vida inteira, criar animais”*, além de descreverem o receio em não se adaptar a vida no meio urbano: *“achava mais difícil a vida na cidade, ter que comprar tudo, tinha medo de passar dificuldade, falta das coisas”*. Com base nas falas é possível perceber que existia uma identificação do indivíduo com o trabalho e com o local de moradia: *“gostava do que fazia, e era o que sabia fazer, plantava minhas verduras e frutas, sabia o que tava comendo”*, neste sentido, nota-se uma profunda ligação com o espaço em que viviam. Saquet (2007) considera que o território encontra-se ligado às dimensões culturais e econômicas, em que para o autor diz respeito às relações sociais, em que o espaço é resultado e condição da dinâmica socioespacial. Entende-se que o território não se restringe a um local, um espaço ou localização simplesmente, mas constitui-se como algo mais amplo que envolve relações, comportamentos e indivíduos que possuem características associadas a determinado espaço.

Devido às dificuldades encontradas alguns descrevem que não permaneceriam no meio rural, pois contam que atualmente possuem mais segurança no que diz respeito aos rendimentos: *“não, a gente tem segurança em um emprego assalariado, mas levei um susto quando falaram que eu ter que mudar”*, como também relembram as implicações vivenciadas enquanto residiam no campo: *“vida era mais sofrida, serviço muito pesado”*, enquanto outra família relembra: *“vida muito sofrida, muito complicado depender somente da agricultura, tem o clima, verão, geadas”*.

Em relação a última pergunta do questionário, que indaga os entrevistados se os mesmos se identificam com o local de residência e com as atividades que exercem atualmente, a maioria alega que se identifica pois, segundo eles acabaram se acostumando a viver na cidade e aos trabalhos que executam atualmente, alguns relembram que conseguiram construir casa na cidade, e por isso tal satisfação, já outro

morador diz que gosta do que faz, pois hoje mora na cidade mas trabalha em chácara cuidando do jardim e de animais, se mostra muito satisfeito com isso, ademais houve resposta que dizia que gosta de viver no urbano mas não da atividade que exerce.

Portanto, as repostas foram variadas, embora descrevam que a satisfação relacionada ao meio urbano encontra-se em grande parte ligada ao maior poder de compra que passaram a ter após a saída do campo e ingresso no meio urbano, como evidencia a tabela 8 em que a grande parcela dos entrevistados possui hoje uma renda maior do que do período em que trabalhavam no meio rural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No processo do avanço do espaço urbano no município de Londrina, é possível identificar que sua população vem aumentando desde os anos de 1950, assim como a população urbana, sendo maior que a rural desde os anos de 1960, nesse embate o grau de urbanização superou os 97% em 2010. Nesse processo surge a busca por novas áreas para o avanço das cidades e com isso parte da Região Sul do município de Londrina se tornou um atrativo a inserção desses condomínios horizontais fechados,

pois desde os anos 2000 o número de condomínios na Região aumentou de forma expressiva e concomitantemente promoveu a segregação residencial de pequenos produtores rurais não proprietários, que residiam na área do recorte espacial da pesquisa, compreendida entre o shopping Catuaí e o distrito Espírito Santo.

Mediante o processo de transformações socioespaciais, buscou-se entender o avanço urbano para a Região Sul do município de Londrina, como visualizado durante a pesquisa, baseado em referências bibliográficas e pesquisas de campo, compreende-se o forte impacto do processo de urbanização na vida dos indivíduos que residiam e dependiam do meio rural.

O interesse pela realização dessa pesquisa ocorre pelo motivo do autor desta, ser membro de uma família que residia naquele espaço e vivenciou grande parte das transformações na área, desde a chegada do shopping Catuaí até a implantação do condomínio Royal Golf Residence, sendo este o primeiro condomínio fechado a se instalar na área. Observou-se que a urbanização da área fomentada diretamente pela atuação das incorporadoras, além de outros atores sociais, provocou a migração de alguns pequenos produtores rurais para a cidade e, por conseguinte deixarem de exercer atividades agrícolas, uma vez que não possuíam a propriedade da terra. Esses produtores tiveram que abandonar o seu meio de sobrevivência – a terra, além de deixarem de exercer atividades que faziam ao longo da vida, as pessoas foram forçadas a se adaptar a viver na cidade, pois seu espaço de vida e trabalho foi consumido pelo avanço urbano na Região.

Os resultados da pesquisa mostraram que todas as famílias entrevistadas são de outros municípios do estado do Paraná e que foram morar na área, na maioria dos casos, por uma oferta de trabalho no meio rural e formaram uma identidade com o local, uma vez que até então só haviam trabalhado no campo, ademais tiveram que mudar de atividade, pois foram forçadas a sair da área após a chegada dos empreendimentos imobiliários e na maioria dos casos, a única oportunidade de moradia foi pagar aluguel ou morar na casa de familiares até que tivessem condições de adquirir seus próprios imóveis.

Conforme descrito pelos entrevistados e apresentado durante esta pesquisa, no espaço urbano encontraram dificuldades financeiras principalmente no início, bem como a busca pelo emprego segundo eles também foi complicada, pois nesse espaço

seus conhecimentos com o manejo da terra não eram interessantes para os empregadores. Porém, como os indivíduos não tinham muitas opções de escolha, devido a baixa escolaridade, enfrentavam qualquer forma de trabalho, para a sua sobrevivência e de sua família.

Embora suas opiniões sejam muito variadas sobre o desejo e as consequências de sua saída do meio rural, as pessoas que contribuíram para esta pesquisa demonstram que por mais que tenham passado grande parte de suas vidas no meio rural e dependiam da agricultura para sobreviver, foram forçados a deixar de exercer tais atividades rurais para ceder lugar ao avanço urbano em áreas anteriormente agrícolas, especificamente para os condomínios horizontais fechados, devido ao poder de transformação que as incorporadoras desses empreendimentos exercem sobre a Região, recorte espacial da pesquisa.

Apesar das enormes dificuldades encontradas, por nunca terem vivido no espaço urbano e não terem uma formação profissional mostraram que a cidade oferece oportunidades e portanto se adaptaram bem a vida urbana, porém alguns moradores nunca perderam o desejo de retornar a morar no campo, por terem forte ligação com a agricultura e com o espaço rural.

Mesmo que os objetivos iniciais tenham sido atingidos, a pesquisa mostrou um resultado surpreendente em relação as transformações ocorridas na vida destas pessoas, uma vez que o resultado evidenciou que oportunidades na cidade não faltaram e que a renda, na maioria dos casos, melhorou após a saída do campo, ou seja, no rural, as pessoas estavam sendo mais exploradas, por não serem os donos da propriedade, ficavam a mercê dos proprietários.

Diante dos resultados, é preciso deixar claro a imparcialidade do autor da pesquisa, uma vez que se buscou tentar entender as transformações na vida das pessoas que mudaram bruscamente de atividade econômica e moradia. Embora, objetivos iniciais percorriam um caminho para uma resposta negativa perante a saída dos antigos produtores, uma vez que a atividade rural era a única fonte de renda destes trabalhadores, os resultados mostraram a satisfação de algumas pessoas de morar no urbano, pela qualidade de vida e oportunidades que a cidade oferece.

Nesse sentido, é sempre um risco tentar buscar respostas para um processo tão complexo como a urbanização, e portanto fica a inquietação pela busca de futuras

investigações sobre a desterritorialização por parte das pessoas que são atingidas pelo avanço do urbano sobre o rural, concomitantemente com as transformações socioespaciais e segregação residencial, tendo como maior objetivo tentar aprofundar análise desses processos em outra escala para poder enriquecer os conhecimentos nessa área de pesquisa da Geografia.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Pauline. Moradores do Vista Bela, zona norte de Londrina, terão colégio apenas em 2014 e no bairro vizinho. **O Diário.com**, Londrina, 11 dez. 2012. Disponível em: < <http://londrina.odiario.com/londrina/noticia/710669/moradores-terao-colegio- apenas-em-2014-e-no-bairro-vizinho>>. Acesso em 12 abr. 2014.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **(Re) Criação do Campesinato, Identidade e Distinção**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia Urbana**. Tradução de Raquel Soeiro de Brito. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. Tradução de: Géographie Urbaine.

BEIDACK, Andréa Rodrigues dos Santos. **Análise da Produção do Espaço Urbano de Londrina: De cincão à zona norte: 1970-2007**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2009.

_____. CARVALHO, Márcia Siqueira de. **As Dimensões da Riqueza no Espaço Urbano de Duas Cidades Norte-Paranaense: Um Estudo Comparativo de Londrina e Maringá – Reflexões Preliminares**. In: XXVI Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010. Anais. Londrina: UEL, 2010.

BONI, Paulo César. **Fincando Estacas! : A história de Londrina (déc. de 30) em textos e imagens**. Londrina: Ed. Do autor, 2004.

BOSCARIOL, Renan Amabile. **Formação Socioespacial e Expansão Urbana do Município de Ourinhos/SP**. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Ourinhos, 2008.

BRAGUETO, Carlos Roberto. **O Aglomerado Urbano-Industrial de Londrina: Sua Constituição e Dinâmica Industrial**. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **A Cidade: O Homem e a Cidade; A Cidade e a Solidão; De Quem é o Solo Urbano?** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do norte paranaense: Avanço da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. **Geografia, Meio Ambiente e Ensino**: Revista GEOMAE, v. 3, n. 1, p. 27-44, 1º sem de 2012.

CORRÊA, Roberto L. **A Rede Urbana**. 2ª Edição. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **O Espaço Urbano**. 4ª Edição. São Paulo: Ática, 2004.

_____. **Região e organização espacial**. 7ª Edição. São Paulo: Ática, 2000.

CUNHA, Fábio César Alves. **Produção do Espaço Urbano - Zona Sul de Londrina**. 1991. Monografia (Graduação) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 1991.

DAMIANI, Amélia Luisa. A Geografia e a produção do espaço da metrópole: entre o público e o privado. In: CARLOS, Ana Fani A; CARRERAS, Carles (Orgs.). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 38-50.

DUTRA JÚNIOR, Wagnervalter; DUTRA, Clísia Perpétua dos Santos Cardoso. A Reprodução do Capital no Campo e o Território da Resistência do Campesinato: o movimento dos pequenos agricultores (MPA) na Bahia. **Campo-Território**: revista de Geografia Agrária, v. 3, n. 5, p. 195-213, fevereiro de 2008.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo**: relações e contradições entre o urbano e rural. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 11-31.

FERNANDES, Maíra. Desenvolvimento das condições gerais de produção e valorização imobiliária em São Paulo. **AGB Campinas**: Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 1, p. 160-178, abril de 2012.

FRESCA, Tânia Maria. Mudanças Recentes na Expansão Físico-Territorial de Londrina. **Geografia** Revista do Departamento de Geociências. Londrina. Departamento de Geociências da UEL, v. 11, n. 2, p. 241–262, jul.-dez. 2002.

GOMES, Horieste. **A Produção do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005. Tradução de: Spaces of Capital. Towards a critical Geography.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidades>. Acesso em 05 set 2013.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Disponível em: <www.inpe.br>. Acesso em 12 jul 2013.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em 21 fev 2014.

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL). Disponível em: <www.londrina.pr.gov.br/ippul/>. Acesso em 10 jul 2013.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito À Cidade**. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

MANAIA, Marcel Saab R. **A Geografia dos Distritos Rurais de Paiquerê e Warta, Londrina-Paraná**. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia (Bacharelado) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

MELGAÇO, Lucas. A cidade de poucos: condomínio fechados e a privatização do espaço público em campinas. **AGB Campinas**: Boletim campineiro de Geografia, v. 2, n. 1, p. 81-105, abril de 2012.

MORAES, Antonio C. Robert; COSTA, Wanderlei Messias da. **A Valorização do Espaço**. 2ª edição. São Paulo: Hucitec, 1987.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e Território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Por Uma Geografia dos Camponeses**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. Políticas Territoriais e Questão Agrária: da teoria à intervenção. In: SAQUET, Marcos A; SANTOS, Roseli A. dos (Orgs.). **Geografia Agrária, Território e Desenvolvimento**. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 107-129.

Perfil do Município de Londrina – 2012 (Ano-Base 2011). Disponível em: <www.londrina.pr.gov.br>. Acesso em 05 nov 2013.

Prefeitura de Londrina. Disponível em: <www.londrina.pr.gov.br>. Acesso em 03 set 2013.

RIBEIRO, Wagner Costa. Cidades ou Sociedades Sustentáveis? In: CARLOS, Ana Fani A; CARRERAS, Carles (Orgs.). **Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 60-69.

RODRIGUES, Vera Lucia G. S. **Urbanização e Ruralidade: os condomínios e os conselhos de desenvolvimento municipal**. Brasília: MDA, 2009. p. 47-91.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1989.

SANFELICI, Daniel de Mello. O financeiro e o imobiliário na reestruturação das metrópoles brasileiras. **Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia: Revista da Anpege**, v.6, n. 6, p. 17-28, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª edição 7ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5ª edição 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. **Metamorfoses do Espaço habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª edição 1ª reimpressão. São Paulo, Edusp, 2012.

_____. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma Abordagem territorial das Relações Urbano-Rurais No Sudoeste Paranaense. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 1ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 157-186.

_____. **Abordagens e Concepções de Território**. 1ª edição. São Paulo: Expressão popular, 2007.

SILVA, Andresa Lourenço da. **Loteamentos Residenciais Exclusivos de Londrina: Outras Fronteiras Imaginárias e Invisíveis**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2007.

SILVA, Jerri Augusto da. **Tendências do Novo Rural na Bacia Do Ribeirão Cafezal**. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2006.

_____. BARROS; Mirian V. Fernandes. Tendências do Novo Rural na Bacia Do Ribeirão Cafezal. In: YAMAKI, Humberto...(et al.). **Geografia e Meio Ambiente: Reflexões e Proposições**. Londrina: Midiograf II: Edições Humanidades, 2006. p. 201-215.

SILVA, William Ribeiro da. Reflexões em torno do Urbano no Brasil. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 65-80.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (org.). **A Produção Capitalista de Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

SOBARZO, Oscar. O Urbano e o Rural em Henri Lefebvre. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 53-64.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Redes e Cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. 8ª Edição. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. A questão Cidade-Campo: Perspectivas a Partir da Cidade. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre o urbano e rural**. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 111-130.

VASCONCELOS, Gustavo Bruski de; YAMAKI, Humberto Tetsua. Plano Inicial de Londrina e sua relação com as águas. **Geografia, Meio-Ambiente e Desenvolvimento**. Londrina: EDUEL – Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

WHITACKER, Arthur Magon. Cidade Imaginada. Cidade Concebida. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e Campo: relações e**

contradições entre o urbano e rural. 1. ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 131-155.

ZANATTA, Igor F. Santini. **Expansão Urbana e Segregação Residencial de Londrina: Condomínios Fechados Horizontais e Áreas Subnormais**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007.

_____. **Segregação Residencial em Londrina: Condomínios Fechados e Áreas Subnormais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário da Pesquisa

Questionário

Membro da família	Idade	Escolaridade	Trabalhava fora da propriedade	Contribuía para Renda familiar
-------------------	-------	--------------	--------------------------------	--------------------------------

Estado de Origem: _____

Município de Origem: _____ () Rural () Urbano

Ano de ingresso: _____ ano de saída da região: _____

Motivo da vinda:

Motivo da saída:

Eram donos da propriedade? () sim () não

Se não, qual era a relação com o proprietário: meeiro, parceiro, assalariado, arrendatário, entre outra.

Qual o tamanho da propriedade?

Qual a renda familiar na época que residia na região:

- () menor que 1 salário mínimo
- () 1 a 2 salários mínimos
- () 2 a 3 salários mínimos
- () 3 a 4 salários mínimos
- () 4 a 5 salários mínimos
- () maior que 5 salários mínimos

Quais atividades desenvolvidas para obtenção de renda?

Considera a renda familiar significativa durante o período que residiu na propriedade?
() sim () não

E depois da saída: () Sim () Não

Após a saída, qual local (bairro, cidade) a família se instaurou?

Os membros se mantiveram na família?

Se não, para onde foram?

Roteiro de questões

Após a saída, em quanto tempo retornou para atividade econômica (emprego)?

Quais atividades atualmente são exercidas para obtenção da renda familiar?

Qual a renda familiar atualmente:

- menor que 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários mínimos
- 2 a 3 salários mínimos
- 3 a 4 salários mínimos
- 4 a 5 salários mínimos
- maior que 5 salários mínimos

Tem algum interesse em retornar ao meio rural?

Como foi a adaptação a vida urbana?

Quais as dificuldades encontradas?

Como era a relação com a vizinhança quando exercia atividade rural e como é hoje?

Antes:

Hoje:

Qual a mudança significativa percebida após deixar de exercer a atividade rural?

Se tivesse a opção de escolha, continuaria no local exercendo a atividade agrícola?

Sim

Não

Explique:

Se identifica com o local de residência e com a atividade que exerce atualmente?

APÊNDICE B – Fotos de Pórticos de Condomínios situados na área de estudo

Foto 1 – Portal do Condomínio Sun Lake Residence



Fonte: Tiago Soares da Silva, Trabalho de campo 2014.

Foto 2 – Entrada do Condomínio Recanto do Salto



Fonte: Tiago Soares da Silva, Trabalho de campo 2014.

Foto 3 – Portal do Condomínio Estância Bom Tempo



Fonte: Tiago Soares da Silva, Trabalho de campo 2014.

Foto 4 – Entrada do Condomínio Terras de Canaã



Fonte: Tiago Soares da Silva, Trabalho de campo 2014.

Foto 5 – Condomínio Estância Cabral



Fonte: Tiago Soares da Silva, Trabalho de campo 2014.